

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS-CCB
CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

FIDEL GULART DE QUEIROZ

**O CASO DA OPERAÇÃO MOEDA VERDE E SEUS DESDOBRAMENTOS NA
PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO ESTUDANTIL DA UFSC**

FLORIANÓPOLIS - SC

2012

FIDEL GULART DE QUEIROZ

**O CASO DA OPERAÇÃO MOEDA VERDE E SEUS DESDOBRAMENTOS NA
PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO ESTUDANTIL DA UFSC**

Monografia submetida ao Curso de
Graduação em Ciências Biológicas da
Universidade Federal de Santa Catarina
para obtenção do grau de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. José Rubens Morato
Leite

FLORIANÓPOLIS - SC

2012

AGRADECIMENTOS

... Ao meu Orientador, Profº José Rubens, a quem admiro pela sabedoria, humildade e confiança em mim depositada;

... A todas as maravilhosas pessoas que conheci em minhas viagens, nos últimos 3 anos, por mais de 20 países, fundamentais para o desenvolvimento da minha multiculturalidade;

... Aos amigos do Grupo de Pesquisa Direito Ambiental na Sociedade de Risco (GPDA);

... Aos amigos da Biologia;

... À ProcuraMed pela oportunidade concedida de poder contribuir na construção de um país mais saudável;

... A todos que forma direta ou indiretamente dedicaram ou dedicam suas vidas à proteção do Meio Ambiente;

... Em especial à minha mãe, meu pai e meu irmão – tripé sustentador da minha vida.

RESUMO

QUEIROZ, F.G de. (2012). **O CASO DA OPERAÇÃO MOEDA VERDE E SEUS DESDOBRAMENTOS NA PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO ESTUDANTIL DA UFSC.** p.81 Monografia – Centro de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

A presente monografia analisou a importância do caso da Moeda Verde na população de estudantes de graduação, modalidade presencial, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Município de Florianópolis. O referido grupo representa um universo total de 20.225 estudantes. Para tanto, foi realizado um levantamento estatístico por meio de questionário, para com uma amostra de $n= 380$, a qual representou um índice de confiabilidade de 95% e erro amostral de 5%, em relação ao universo total de alunos. Como resultado prático dos questionários obteve-se: a) o caso não promoveu um aumento significativo do nível de consciência ambiental no grupo; b) o caso foi significativamente mais impactante nos estudantes que moravam na Grande Florianópolis no dia da operação; c) um baixo nível de conhecimento sobre os empreendimentos e as pessoas envolvidas no caso; d) ausência de conhecimento sobre a atual situação do processo judicial e dos indiciados; e) o caso foi considerado importante para a implementação do Direito Ambiental; f) a atuação da mídia na cobertura do caso foi avaliada como Parcial e Sensacionalista; g) a atuação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal no caso, foram avaliadas de modo positiva, enquanto que a atuação da Justiça Federal de modo negativo.

Palavras-chave: Moeda Verde, Educação Ambiental, Meio Ambiente e Crimes Ambientais.

LISTA DE TABELAS

Tabelas	Página
Tabela 1. Unidades de Conservação e Áreas Legalmente Protegidas no Município de Florianópolis.....	36
Tabela 2. Lista dos indiciados no inquérito da Moeda Verde.....	45
Tabela 3. Número total de cursos amostrados a partir dos questionários.....	53
Tabela 4. Nomes lembrados sobre a Moeda Verde.....	59

LISTA DE FIGURAS

Figuras	Página
Figura 1. O lugar para estar: Florianópolis, Brasil.....	35
Figura 2. Parque Municipal da Lagoinha do Leste.....	35
Figura 3. Trânsito caótico em Florianópolis.....	37
Figura 4. Il Campanário Villagio Resort.	38
Figura 5. Apreensão de documentos pela PF.....	39
Figura 6. Shopping Iguatemi.....	40
Figura 7. Floripa Shopping.	41
Figura 8. Supermercado Bistek do Bairro Costeira do Pirajubaé.....	41
Figura 9. Costão Golf.....	41
Figura 10. Boate Km-7.	42
Figura 11. Vilas do Santinho.....	42
Figura 12. Vila Santa Rosa.....	42
Figura 13. Manifestação de apoio à PF/1.....	43
Figura 14. Manifestação de apoio à PF/2.....	43
Figura 15. Distribuição dos Alunos de Graduação, por Centro de Ensino, da UFSC.....	51
Figura 16. Campus da UFSC em Florianópolis.	52

Figura 17. Distribuição dos alunos entrevistados por gênero.....	53
Figura 18. Distribuição dos entrevistados por Centro de Ensino.....	55
Figura 19. Nível de conhecimento dos entrevistados sobre a Moeda Verde.....	55
Figura 20. Local de Moradia dos entrevistados no “Dia D”	56
Figura 21. Nível de conhecimento sobre a Moeda Verde dos entrevistados que moravam na Grande Florianópolis no “Dia D”.	56
Figura 22. Figura 28. Nível de conhecimento sobre a Moeda Verde dos entrevistados que moravam em SC no “Dia D”	57
Figura 23. Nível de conhecimento sobre a Moeda Verde dos entrevistados que moravam fora de SC no “Dia D”.....	57
Figura 24. Números absolutos sobre a percepção a respeito da Moeda Verde.....	58
Figura 25. Distribuição da percepção a respeito da Moeda Verde.....	58
Figura 26. Avaliação sobre a importância da Moeda Verde para o Direito Ambiental.....	60
Figura 27. Avaliação sobre a melhora da proteção do Meio Ambiente em Florianópolis depois da Moeda Verde.....	61
Figura 28. Modificação da consciência ambiental depois da Moeda Verde.....	62
Figura 29. Avaliação da participação da Polícia Federal na Moeda Verde.....	63
Figura 30. Avaliação da participação do Ministério Público Federal na Moeda Verde.....	64
Figura 31. Avaliação da participação da Justiça Federal na Moeda Verde.....	64
Figura 32. Avaliação da atuação da Mídia na cobertura da Moeda Verde.....	65
Figura 33. Avaliação da atuação da Mídia na cobertura dos Crimes Ambientais do Brasil.	66

Figura 34. Nível de conhecimento sobre a atual situação do processo judicial da Moeda Verde.67

Figura 35. Nível de conhecimento sobre a situação legal dos indiciados.....68

Figura 36. Existência de uma possível condenação dos indiciados.....68

ANEXOS

ANEXO 1. Questionário integrante do TCC - O caso da Operação Moeda Verde e seus desdobramentos na percepção da população estudantil da UFSC.....	79
ANEXO 2. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	81

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA.....	14
2.1 A Crise Ambiental e a Sociedade de Risco	14
2.2 Definição Jurídica de Meio Ambiente.....	15
2.3 Meio Ambiente Sadio – Direito/Dever Fundamental.....	15
2.4 Os Princípios de Direito.....	16
2.4.1 Princípios de Direito Ambiental.....	17
2.4.2 Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	18
2.4.3 Princípio Democrático	18
2.4.4 Princípios da Prevenção e da Precaução.....	19
2.4.5 Princípio do Poluidor-Pagador	21
2.4.6 Princípio da Responsabilização	22
2.4.6.1 A Tripla Responsabilização.....	23
2.4.7 Princípio da Cooperação.....	24
2.4.8 Princípio da Solidariedade Intergeracional.....	25
3. A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE BRASILEIRO.....	26
3.1 A Educação Ambiental.....	26
3.1.1 Educação Ambiental Política.....	27
3.1.2 A Mídia Ambiental.....	28
3.2 Os Protagonistas da Justiça Ambiental.....	28
3.2.1 O Judiciário.....	29
3.2.1.1 O Papel da Justiça Federal.....	29
3.2.2 A Polícia.....	29
3.2.2.1 O Papel da Polícia Federal.....	30
3.2.3 O Ministério Público.....	30
3.2.3.1 O Papel do Ministério Público Federal.....	31
3.3 O Plano Diretor.....	32
3.4 O Licenciamento Ambiental.....	32

4. O CASO DA OPERAÇÃO MOEDA VERDE E SEUS DESDOBRAMENTOS NA PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO ESTUDANTIL DA UFSC	34
4.1 A Problemática Ambiental de Florianópolis.....	34
4.2 O Caso da Operação Moeda Verde.....	38
4.3 Desdobramentos na Percepção da População Estudantil da UFSC.....	50
4.3 Metodologia da Pesquisa.....	50
4.4 Resultados dos Questionários.....	52
 5.CONCLUSÃO.....	69
 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	71
 7. ANEXOS.....	79

1. INTRODUÇÃO

Florianópolis, 03 de Maio de 2007, carros da Polícia Federal rompem, com suas sirenes, o silêncio matutino da Ilha da Magia avisando a chegada da Moeda Verde!

O caso da Moeda Verde, considerada a maior operação da Polícia Federal já realizada no Município de Florianópolis, ficou marcado por ter sido a primeira vez que autoridades e funcionários graduados foram detidos por envolvimento em crimes ambientais.

Deflagrada publicamente no dia 03 de Maio de 2007, ela investigou a compra e venda de licenças ambientais, além de alterações irregulares no Plano Diretor do Município. Tais ações, visavam uma facilitação na construção de hotéis, shoppings, e outros tipos de empreendimentos no Município, afetando desta forma, ecossistemas legalmente protegidos, como mangues e restingas.

Quase 5 anos após sua deflagração, a importância que o caso teve na população residente em Florianópolis permanece desconhecida. Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral avaliar a importância do caso da Moeda Verde na percepção da população local, sendo essa representada pelos estudantes de graduação, modalidade presencial, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis.

Dentro de tal importância, podemos pensar, por exemplo, em um possível impacto, conferido pelo caso, na consciência ambiental da população. Neste sentido, o entendimento de como o caso impactou na população local, justifica-se, pois, servirá de subsídio e direcionará a construção e implementação de futuras atividades de Educação Ambiental, proporcionando assim uma maior atuação preventiva na proteção do Meio Ambiente, seja em âmbito local como nacional.

Assim, no que se refere à metodologia empregada, fez-se uso do método de abordagem hipotético-dedutivo e do método de procedimento estatístico, tendo sido utilizada a técnica de pesquisa bibliográfica e de amostragem. Para tanto, foi desenvolvido um questionário, composto por perguntas objetivas e subjetivas referentes ao caso, no intuito de avaliar a importância do caso na população local, sendo o mesmo aplicado em uma amostra da população total de estudantes.

Desta maneira, o presente estudo estrutura-se em 3 capítulos principais. No primeiro momento, é tratada a questão do Meio Ambiente na Constituição Federal Brasileira, fazendo-se uma dissertação sobre a Crise Ambiental contemporânea, a Sociedade de Risco e os princípios do Direito Ambiental.

No segundo capítulo, é discutida a Proteção do Meio Ambiente Brasileiro. Em um primeiro momento é abordada a Educação Ambiental, mostrando seu caráter preventivo, seu aspecto de educação política, além da função da Mídia na promoção da mesma. Já em um segundo momento serão abordados as funções dos protagonistas da Justiça Ambiental

(Judiciário, Polícia, Ministério Público), além da importância de dois instrumentos existentes para a proteção do Meio Ambiente, o Plano Diretor e o Licenciamento Ambiental.

No terceiro capítulo, é feita uma abordagem histórico-evolutiva do caso, desde o início de suas investigações até a atualidade, além da exposição dos resultados provenientes dos questionários aplicados. Nos questionários, foram avaliados aspectos referentes ao conhecimento em relação ao tema; impacto do caso na consciência ambiental; importância relativa ao local de moradia dos estudantes; participação da Mídia; percepção em relação à atuação dos principais atores da Justiça Ambiental e implementação do Direito Ambiental, além de outros aspectos relevantes.

Por fim, na conclusão, apresentar-se-á as reflexões obtidas a partir dos resultados dos questionários.

2. MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA

2.1 A Crise Ambiental e a Sociedade de Risco

O desenvolvimento industrial e tecnológico, após à revolução industrial, permitiu ao homem moderno interferir de forma profunda e rápida no Meio Ambiente. As consequências dessas intervenções, guiadas pelos interesses econômicos de curto prazo, por meio do uso intensivo e irracional dos recursos naturais, produziram e vêm produzindo inúmeras externalidades negativas ao Meio Ambiente, tais como: o efeito estufa; a diminuição da camada de ozônio, a perda da biodiversidade, os problemas de escassez de energia, a devastação das florestas, o problema dos resíduos urbanos, a chuva ácida, o esgotamento e envenenamento do solo, a poluição da água em geral, a contaminação dos oceanos, o aparecimento de pragas resistentes, os problemas causados por atividades turísticas predatórias, entre outras. Segundo Duarte,¹ esses problemas “delineam a imagem da crise ambiental, marco da sociedade atual”. Nesse sentido, e no intuito de analisar a eclosão da atual crise ambiental, o sociólogo alemão Ulrich Beck desenvolveu a teoria da sociedade de risco.

De acordo com Beck,² a sociedade de risco pode ser definida como:

Uma fase do desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições de controle e proteção da sociedade industrial.

Dessa maneira, a sociedade de risco descreve o processo evolutivo da sociedade ao longo dos tempos, utilizando-se dos conceitos de perigo e risco, ao esclarecer que os riscos diferem dos perigos na medida em que identificam ameaças desvinculadas das causas naturais e intervenções divinas para vincular-se aos processos de tomada de decisões pelo homem.³

Neste sentido, a percepção do perigo, a tomada de consciência dos riscos ambientais, da inviabilidade do modelo de produção capitalista alicerçado na busca do lucro a qualquer preço, que usa e abusa da natureza, coincide com a elevação do Meio Ambiente à categoria de direito fundamental. Esta elevação, buscou uma maior efetividade na proteção ambiental, necessidade premente da sociedade de risco.

¹ DUARTE, M. C. S. **Meio Ambiente Sadio: direito fundamental em crise**. Curitiba: Juruá, 2003. p. 109.

² BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U; GIDDENS, A. e LASH, S. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p. 15.

³ FERREIRA, H. S. **A biossegurança dos organismos transgênicos no Direito Ambiental brasileiro: uma análise fundamentada na teoria da sociedade de risco**. Florianópolis: UFSC: 2008. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. p. 35-36.

O reconhecimento e prestígio do Direito Ambiental fazem parte de uma construção maior - o Estado de Direito Ambiental - que viria compatibilizar o atual modelo de Estado Democrático e Social de Direito, com a necessidade de proteção e preservação de recursos naturais finitos, possibilitando assim superar a atual crise ambiental pela qual atravessa a civilização humana.⁴

2.2 Definição Jurídica de Meio Ambiente

O conceito jurídico de Meio Ambiente é definido pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, nº 6.938/81, como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida, em todas as suas formas.

Nesta concepção, Milaré⁵ considera que:

No conceito jurídico de meio ambiente podemos distinguir duas perspectivas principais: uma **estrita** e outra **ampla**. Numa visão estrita, o meio ambiente nada mais é do que a expressão do patrimônio natural e suas relações com o ser vivo. Tal noção, é evidente, despreza tudo aquilo que não seja relacionado com os recursos naturais. Numa concepção ampla, que vai além dos limites estreitos fixados pela Ecologia, o meio ambiente abrange toda a natureza original (natural) e artificial, bem como os bens culturais correlatos. Temos aqui, então, um detalhamento do tema, de um lado com o **meio ambiente natural**, constituído pelo solo, pela água, pelo ar, pela fauna e pela flora, e, do outro, com o **meio ambiente artificial** (ou humano), formado pelas edificações e equipamentos produzidos pelo homem, enfim, os assentamentos de natureza urbanística.

2.3 Meio Ambiente Sadio – Direito/Dever Fundamental

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado foi consagrado no Art. 225, **caput**, da Constituição Federal de 1988 (CF/88), onde explicita que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

⁴ LEITE, J. R. M. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 26-32.

⁵ MILARÉ, E. **Ação Civil Pública: Lei 7.347/85 – Reminiscências e Reflexões após dez anos de aplicação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995, p. 202.

Assim, a CF/88 consagrou o Meio Ambiente como um verdadeiro direito de natureza análoga aos direitos individuais. O direito a um ambiente ecologicamente equilibrado, conforme anota Gomes,⁶ “é um direito humano fundamental, na medida em que dele depende a qualidade do bem jurídico maior, qual seja, a vida humana”.

A CF/88, também, proclama a “inviolabilidade do direito à vida” (Art. 5º, **caput**) e estabelece como fundamento da República Federativa do Brasil a “dignidade da pessoa humana” (Art. 1º, III). Assim, o direito à vida tem duplo aspecto: o direito de continuar vivo e de ter uma vida digna.

Para Medeiros,⁷ uma vida digna e plena só é possível em um Meio Ambiente saudável, esse passando a integrar necessariamente o conteúdo jurídico positivo daquele direito. Assim, o Meio Ambiente sadio passa a ser um direito fundamental como reflexo do direito à vida, afinal, não há, com efeito, como pretender salvaguardar o direito à vida, sem proteger o meio em que esta vida se desenvolve.

O marco da consagração do direito ao Meio Ambiente sadio como direito fundamental é a Declaração de Estocolmo, proveniente da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Junho de 1972, na cidade de Estocolmo, na Suécia. Proclama a citada Declaração, em seu princípio 1:

O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas, em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna, gozar de bem-estar e é portador solene de obrigação de proteger e melhorar o Meio Ambiente, para as gerações presentes e futuras.

Canotilho⁸ afirma que “a ideia de deveres fundamentais não deve ser entendida como o <<outro lado>> dos direitos fundamentais”, isto é, ao direito fundamental de um indivíduo não corresponde um dever fundamental de outro indivíduo.

2.4 Os Princípios de Direito

Segundo Espíndola,⁹ a ideia de princípio, em sentido *lato*, independente de qual seja o campo do saber, “designa a estruturação de um sistema de ideias, pensamentos ou normas por uma ideia-mestra, por um pensamento chave, por uma baliza normativa, onde todas as demais

⁶ GOMES, L. R. **Princípios constitucionais de proteção ao meio ambiente**, Revista de Direito Ambiental, 1999, v. 16, p. 164.

⁷ MEDEIROS, F. L. F. **Meio Ambiente: direito e dever fundamental**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 46.

⁸ CANOTILHO, J. J. G. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7ª ed. Coimbra: Almedina, 2003, p. 532.

⁹ ESPÍNDOLA, R. S. **Conceito de Princípios Constitucionais**. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 52.

ideias, pensamentos ou normas derivam, se reconduzem e/ou se subordinam”.

Para Derani,¹⁰ princípios “são normas que dispõem a respeito de algo a ser realizado o mais amplamente possível dentro das relativas possibilidades do direito e dos fatos”. Machado,¹¹ utiliza os princípios como “alicerce ou fundamento do Direito”.

Portanto, cabe aos princípios papel proeminente no ordenamento jurídico, seja orientando a elaboração de leis, seja auxiliando na sua interpretação. Além disso, os princípios realizam a integração do sistema, preenchendo eventuais lacunas (ausência de lei).

2.4.1 Princípios de Direito Ambiental

O Direito Ambiental ou Direito do Ambiente é definido por Milaré¹² como:

“O complexo de princípios e normas coercitivas reguladoras das atividades humanas que, direta ou indiretamente, possam afetar a sanidade do ambiente em sua dimensão global, visando à sua sustentabilidade para as presentes e futuras gerações. Trata-se de uma ciência nova, porém autônoma. Essa autonomia científica somente é possível porque o Direito Ambiental possuiu seus próprios princípios diretores, presentes na Constituição, em especial, no Art. 225”.

Fiorillo,¹³ afirma que os princípios de Direito Ambiental “constituem pedras basulares dos sistemas político-jurídicos dos Estados civilizados”, acrescentado que são “adotados internacionalmente como fruto da necessidade de uma ecologia equilibrada e indicativos do caminho adequado para a proteção ambiental, em conformidade com a realidade social e os valores culturais de cada Estado”.

Lembra Milaré,¹⁴ que “entre ciências afins, um princípio pode não ser exclusivo de uma única, cabendo na fundamentação de mais de uma ciência”. Isso porque, os princípios são mais gerais e menos específicos. Com essa advertência, serão destacados a seguir os principais princípios do Direito Ambiental, quais sejam: princípio da dignidade da pessoa humana, princípio democrático, princípio da prevenção e da precaução, princípio do poluidor-pagador e do usuário-pagador, princípio da responsabilização, princípio da cooperação e princípio da solidariedade intergeracional.

¹⁰ DERANI, C. **Direito Ambiental Econômico**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 24.

¹¹ MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 45.

¹² MILARÉ, E. **Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 759.

¹³ FIORILLO, C. A. P. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 26.

¹⁴ MILARÉ, E. **Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 761.

2.4.2 Princípio da Dignidade da Pessoa Humana

Um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é a dignidade da pessoa humana (Art. 1º, inc. III). Dignidade da pessoa humana significa, entre outras coisas, que todo ser humano tem direito a uma vida com qualidade ambiental, a desfrutar de um ambiente sadio e equilibrado, sem poluição.

O princípio da dignidade humana, relacionado ao enfoque do Direito Ambiental, consubstanciado no direito à qualidade de vida, foi proclamado pela Declaração de Estocolmo de 1972, e reafirmado pela Declaração do Rio, proferida na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, cujo princípio 1 afirma “Os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Eles têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com o Meio Ambiente”.¹⁵

Machado¹⁶ observa que:

A saúde dos seres humanos não existe somente numa contraposição a não ter doenças diagnosticadas no presente. Leva-se em conta o estado dos elementos da Natureza - águas, solo, ar, flora, fauna e paisagem - para aquilatar se esses elementos estão em estado de sanidade e de seu uso advenham saúde ou doenças e incômodos para os seres humanos.

Uma boa saúde física e psíquica depende de um ambiente adequado e salubre, que permita que os indivíduos possam se desenvolver plenamente. Não é possível um pleno desenvolvimento humano num ambiente degradado e poluído. Sendo assim, um meio ambiente saudável é indispensável para que os seres humanos tenham uma vida com qualidade, e consequentemente, digna.

2.4.3 Princípio Democrático

De acordo com Antunes,¹⁷ o Direito Ambiental “origina-se, em parte, dos movimentos reivindicatórios dos cidadãos e, como tal, é essencialmente democrático. O princípio democrático materializa-se através dos direitos à informação e à participação, que asseguram aos cidadãos o direito de participar da elaboração de políticas públicas ambientais e de obter

¹⁵ ANTUNES, P. B. **Direito Ambiental**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 27.

¹⁶ MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 46.

¹⁷ ANTUNES, P. B. **Direito Ambiental**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 30.

informações dos órgãos públicos sobre matéria referente à defesa do Meio Ambiente e de empreendimentos utilizadores de recursos ambientais que produzam significativo impacto no Meio Ambiente”.

Existem diversos instrumentos postos à disposição do cidadão para concretização do princípio democrático. No campo legislativo temos: a possibilidade de iniciativa popular de leis (CF/88, Art. 14, inc. III), o referendo (CF/88, Art. 14, inc. II) e o plebiscito (CF/88, Art. 14, inc. I). Na seara administrativa encontramos o direito de informação (CF/88, Art. 5º, inc. XXXIII); o direito de petição (CF/88, Art. 5º, inc. XXXIV) e o estudo prévio de impacto ambiental (CF/88, Art. 225, § 1º, inc. IV).

Os cidadãos possuem como principais medidas judiciais para concretização do princípio democrático a Ação Popular e a Ação Civil Pública. A primeira tem como finalidade “anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativo, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico cultural”(CF/88, art 5º, inc. LXXIII), ficando o autor, exceto comprovada má-fé, isento do pagamento de custas ou sucumbência. A segunda, prevista na Lei nº 7.347/85, embora seja um pouco restritiva quanto à legitimidade ativa (art. 5º), é muito eficiente na tutela do meio ambiente.¹⁸

2.4.4 Princípios da Prevenção e da Precaução

Prevenir - do latim *praevenire* – significa “ato ou efeito de antecipar-se, chegar antes; induz uma conotação de generalidade, simples antecipação no tempo”.¹⁹ O princípio da prevenção visa evitar ou reduzir as consequências negativas (danos ambientais) dos empreendimentos e atividades humanas.

Prevenir significa agir antecipadamente, mas Machado²⁰ adverte que antes de agir é preciso saber o que prevenir. Sem conhecimento prévio, sem informação, sem pesquisa, não há prevenção. A efetivação deste princípio depende do conhecimento acumulado, da avaliação dos riscos da atividade e do dimensionamento dos possíveis impactos gerados por determinado empreendimento.

Afirma Milaré,²¹ que na prática “o princípio da prevenção tem como objetivo impedir a ocorrência de danos ao meio ambiente, através da imposição de medidas acautelatórias, antes da implantação de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras”.

¹⁸ ALONSO JR., H. **Direito Fundamental ao Meio Ambiente e Ações Coletivas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

¹⁹ MILARÉ, E. **Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 766.

²⁰ MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 71.

²¹ MILARÉ, E. **Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 767.

Adverte Antunes²² que a aplicação do princípio ora examinado, objetivando a prevenção de danos ambientais, não implica eliminação completa desses danos. Afirmo o autor que a existência de danos ambientais originados por um empreendimento específico deve ser avaliada em conjunto com os benefícios por ele trazidos. Devem-se sopesar as vantagens e desvantagens do empreendimento, a curto e longo prazo, para o deferimento ou indeferimento da licença ambiental.

Precaver-se - do latim ***praecavere*** – significa tomar cuidado, “sugere cuidados antecipados com o desconhecido, cautela para que uma atitude ou ação não venha a concretizar-se ou a resultar em efeitos indesejáveis.”²³

Milaré,²⁴ distingue o princípio da precaução do princípio da prevenção, afirmando que este “trata de riscos ou impactos já ***conhecidos***, pela ciência” ao passo que aquele “se destina a gerir riscos ou impactos ***desconhecidos***”, ou seja, “enquanto a prevenção trabalha com o risco ***certo***, a precaução vai além e se preocupa com o risco ***incerto***”; Ou também, “a prevenção se dá em relação ao perigo ***concreto***, ao passo que a precaução envolve perigo ***abstrato***.”

Derani,²⁵ entende que o princípio da precaução “corresponde à essência do direito ambiental”. Ela, indica “uma atuação ‘racional’ para com os bens ambientais, com a mais cuidadosa apreensão possível dos recursos naturais, indo além de simples medidas para afastar o perigo. Significa precaução contra o risco, sendo anterior a existência do perigo, ou seja, não se tem certeza da existência do perigo, previne-se a suspeita do perigo”.

A Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), em seu princípio 15, acolhe a idéia de precaução, dispondo que “a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental”. Justifica-se a adoção do princípio da precaução diante da irreversibilidade e irreparabilidade da maioria dos danos ambientais. Inexistindo certeza sobre as potenciais consequências de determinada intervenção humana no meio ambiente, deve-se agir com prudência a fim de evitar alterações que poderão vir a ser catastróficas para a humanidade.

Porém, o princípio da precaução não pode e não deve ser um entrave para o progresso. Na sua aplicação há que se observar um critério de razoabilidade e de proporcionalidade. Precaver significa atuar com moderação, traçar um curso de ação provisório, mas revê-lo logo que se apresentarem novos fatos, avaliando-se a cada momento o equilíbrio alcançado.

²² ANTUNES, P. B. **Direito Ambiental**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 39.

²³ MILARÉ, E. **Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 766.

²⁴ MILARÉ, E. **Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 766.

²⁵ DERANI, C. **Direito Ambiental Econômico**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 149-150.

Nesse sentido, Mota considera que:²⁶

“Atuando com moderação, as medidas de proteção devem ser proporcionais ao nível de proteção procurado, não introduzir discriminações em suas aplicações, ser coerentes com medidas similares já adotadas, estar baseadas num exame de vantagens e implicações potenciais da ação ou ausência de ação, ser reexaminadas à luz de novos conhecimentos científicos e ser capazes de atribuir a responsabilidade de produzir provas científicas necessárias para permitir uma avaliação mais completa do risco”.

2.4.5 Princípio do Poluidor-Pagador

O princípio do poluidor-pagador visa à internalização dos custos relativos externos de deteriorização ambiental. Para tanto, “impõe-se ao 'sujeito econômico' (produtor, consumidor, transportador), que nesta relação causar um problema ambiental, arcar com os custos da diminuição ou afastamento do dano”.²⁷

Fiorillo,²⁸ identifica no princípio do poluidor-pagador “duas órbitas de alcance: a) busca evitar a ocorrência de danos ambientais (**caráter preventivo**); e b) ocorrido o dano, visa sua reparação (**caráter repressivo**).” Assim, num primeiro momento, impõe ao poluidor o dever e ônus de arcar com os custos e despesas de prevenção dos danos ambientais que porventura sua atividade possa produzir. Num segundo momento, ocorrendo um dano ao meio ambiente em virtude da atividade desenvolvida, o poluidor será responsável por sua reparação/atenuação.

Para Derani,²⁹ a aplicação do princípio do poluidor-pagador “promove a internalização dos custos sociais externos, pois transfere os custos, que pelo uso provocariam a deterioração de recursos naturais, seja pela tomada do ambiente como reservatório de recursos, seja como depósito de dejetos, e que até então eram suportados por toda coletividade, para dentro da cadeia produtiva”.

Milaré³⁰ observa que o princípio do poluidor-pagador não objetiva “tolerar a poluição mediante um preço, nem se limita apenas a compensar os danos causados, mas sim, precisamente, evitar o dano ao ambiente”. Assim, o pagamento pelo lançamento de efluentes, por exemplo, não autoriza o descarte de resíduos fora dos padrões e das normas ambientais. Não existe o direito de poluir, “trata-se do princípio poluidor-pagador (poluiu, paga os danos), e

²⁶ MOTA, M. Princípio da precaução: uma construção a partir da razoabilidade e da proporcionalidade. In: MOTA, M (coord.) **Fundamentos Teóricos do Direito Ambiental**. São Paulo: Elsevier, 2008, p. 62.

²⁷ DERANI, C. **Direito Ambiental Econômico**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 142-143.

²⁸ FIORILLO, C. A. P. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 30.

²⁹ DERANI, C. **Direito Ambiental Econômico**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 143.

³⁰ MILARÉ, E. **Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 771.

não pagador-poluidor (pagou, então pode poluir)".

Derani,³¹ alerta que "a imposição de um custo ao causador do dano não significa necessariamente que o dano será eliminado". Isto porque, o princípio do poluidor-pagador "está inscrito na lógica do ótimo de Pareto, exigindo uma ponderação, uma espécie de avaliação de custo benefício econômico (financeiro)". Assim, dentro da lógica de Pareto, prossegue a autora, "a economia de Mercado atinge o seu grau ótimo quando realiza uma satisfatória relação entre o uso de um recurso natural e sua conservação, portanto, devendo-se buscar uma relação de equilíbrio, um estágio ótimo, entre o uso e não uso, de modo que permita a continuação da prática econômica, ou seja, a sustentabilidade do desenvolvimento.

2.4.6 Princípio da Responsabilização

O princípio da responsabilização ou da reparação, intimamente ligado ao princípio do poluidor-pagador, diz respeito à responsabilização por danos causados ao meio ambiente, objetivando sua restauração, recuperação e reparação.

Cabe neste momento fazer uma explanação sobre o dano ambiental, esse sendo expresso no ordenamento jurídico brasileiro através das expressões: poluidor, degradação ambiental e poluição. A Lei 6.938/81 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, estabelece no seu art. 3, inc. IV que poluidor "é a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental". Ainda, conceitua a degradação ambiental como a "alteração adversa das características do meio ambiente" (inc. II, art. 3º, da citada lei).

Para Leite³² "o dano ambiental deve ser compreendido como toda lesão intolerável causada por qualquer ação humana (culposa ou não ao meio ambiente), diretamente como macrobem de interesse da coletividade, em uma concepção totalizante, e indiretamente a terceiros tendo em vista interesses próprios individualizáveis e que refletem o macrobem".

Com isso, a responsabilização ambiental, tem como objetivo desestimular e inibir as atividades danosas ao meio ambiente, levando à adoção de práticas sustentáveis. As sanções impostas são um meio para alcançar esse objetivo.

³¹ DERANI, C. **Direito Ambiental Econômico**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 115.

³² LEITE, J. R. M. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2002. p. 56.

2.4.6.1 A Tripla Responsabilização

A responsabilização por danos ambientais está prevista na CF/88, art. 225, § 3º, e atinge as esferas penal, administrativa e civil. Leite,³³ considera que “esta tríplice responsabilização deve ser articulada conjunta, coerente e sistematicamente, em verdadeiro sistema múltiplo de imputação ao degradador ambiental”.

Segundo Freitas,³⁴ a proteção penal do meio ambiente “bem jurídico de indiscutível importância para a sobrevivência da humanidade, se mostra absolutamente necessária, principalmente diante da ineficácia dos outros meios”. Bens jurídicos, num sentido amplo, são as coisas materiais ou objetos imateriais que possuem um valor, qualificando-se como um bem vital da comunidade ou o do indivíduo que, em face de sua significação social, é protegido juridicamente.³⁵

Para cumprir essa função, foi implementada a Lei 9605/98, que diz respeito, especialmente, aos crimes contra o meio ambiente e de infrações administrativas ambientais. Essa Lei está formada por oito capítulos que tratam das disposições gerais, da aplicação de pena, da apreensão do produto e do instrumento de infração administrativa ou de crime, de ação do processo penal, dos crimes contra o meio ambiente (contra a fauna, flora, poluição e outros crimes ambientais, contra o ordenamento urbano, o patrimônio cultural e a administração ambiental), da infração administrativa e da cooperação internacional para a preservação do meio ambiente.

Os meios processuais utilizados para a defesa do meio ambiente são: a) ação popular, b) inquérito civil, c) recomendações do Ministério Público, d) compromissos de ajustamento de conduta, e) ação civil pública e f) processo penal ambiental.

Já nos termos do art. 70 da Lei 9.605/1998, considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

A responsabilidade civil, é tratada nos termos do art. 14, § 1º, da Lei no 6.938/81. Ela é concretizada em cumprimento da obrigação de fazer ou de não fazer a reparação pelos danos e no pagamento de condenação em dinheiro. Em geral, essa responsabilidade manifesta-se na aplicação desse dinheiro em atividade ou obra de prevenção ou de reparação do prejuízo.³⁶ Portanto, basta a prova do nexo causal e da ocorrência do dano para configurar a obrigação de indenizar, não se cogitando da culpa do agente.

³³ LEITE, J. R. M. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 63.

³⁴ FREITAS, G. P. **Ilícito penal ambiental e reparação do dano**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005, p. 108.

³⁵ HANS, Welzel. **Derecho penal alemán**, Santiago de Chile, Ed. Juridica de Chile, 1993, p.5.

³⁶ MACHADO. P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 1031.

Conforme Antunes,³⁷ a reparação do dano ambiental é, provavelmente, o momento mais crítico da delicada relação entre Meio Ambiente natural, desenvolvimento sócio-econômico e aplicação das normas de direito ambiental, e que até há poucos anos não era muito considerada, encontra-se hoje no nosso ordenamento jurídico.

Fiorillo,³⁸ esclarece que o ressarcimento do dano ambiental pode ser feito de duas formas: pela reparação natural ou específica, em que há o ressarcimento *in natura*, e pela indenização em dinheiro. Todavia, isso não significa que se possa escolher entre uma ou outra forma indiferentemente. Afirma o autor que, primeiro deve-se buscar “o retorno ao ***status quo ante*** por via da ***específica reparação***, e só depois de infrutífera tal possibilidade é que deve recair a condenação sobre um ***quantum*** pecuniário”.

2.4.7 Princípio da Cooperação

O princípio da cooperação é fundamental no procedimento ambiental e expressa a ideia de que para resolução dos problemas ambientais é indispensável a cooperação entre o Estado e a sociedade, através da participação dos diferentes grupos e segmentos sociais na formulação e execução das políticas ambientais.³⁹

Leite⁴⁰ afirma que “a cooperação deve ser entendida como política solidária dos Estados, tendo em mente a necessidade intergeracional de proteção ambiental”, pressupondo “ajuda, acordo, troca de informações e transigência no que toca à um objetivo macro de toda a coletividade”.

No Brasil, no plano interno está contemplado Art. 225 da CF/88, quando impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender o Meio Ambiente e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Conforme Leite,⁴¹ o princípio da cooperação, no âmbito interno do Estado, é “atinante à toda tomada de decisão pública sobre medidas de proteção do ambiente, que requer a colaboração estreita entre legisladores, poluidores e cidadãos afetados, bem como entre os executivos e as diversas esferas da administração pública”.

³⁷ ANTUNES, P. B. **Dano ambiental: a manifestação da vontade de repará-lo como causa da suspensão de aplicação de penalidades administrativas**. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, v. 2, n. 7, jul./set. 1997, p. 110-118.

³⁸ FIORILLO, C. A. P. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 33.

³⁹ MUKAI, T. **Direito Ambiental Sistematizado**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p.39.

⁴⁰ LEITE, J. R. M. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 52.

⁴¹ LEITE, J. R. M. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 53.

2.4.8 Princípio da Solidariedade Intergeracional

Esse princípio refere-se à solidariedade que deve haver entre as presentes e as futuras gerações, para que todas possam usufruir de forma sustentável e equitativa dos recursos naturais.

Segundo Milaré,⁴² nos círculos ambientais e universitários, fala-se em dois tipos de solidariedade: a diacrônica (através do tempo) a sincrônica (ao mesmo tempo). Esta fomenta as relações de cooperação com as gerações presentes, nossas contemporâneas, ao passo que aquela, refere-se às **gerações do após**, aquelas que virão depois de nós, na sucessão do tempo. Contudo, ambas traduzem uma mesma necessidade, a solidariedade entre gerações, o velho compromisso entre pais e filhos, sem o que a espécie humana não subsistiria.

A preocupação com a finitude dos recursos naturais motivou a Declaração de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano (1972) a estabelecer, em seu princípio 2, que os recursos naturais “devem ser preservados em benefício das **gerações atuais e futuras**, mediante cuidadoso planejamento”. Por sua vez, a Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), ratificou e reforçou essa disposição, averbando, em seu princípio 3, que o direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades das **gerações atuais e futuras**.⁴³

A CF/88 consagra expressamente o princípio da solidariedade intergeracional no Art. 225, **caput**, quando impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as **presentes e futuras gerações**.

Canotilho⁴⁴ afirma que o significado básico do princípio de solidariedade entre gerações “é obrigar as gerações presentes a incluir como medida de ação e de ponderação os interesses das gerações futuras”. Prossegue o autor, afirmando que “o interesse das gerações futuras são particularmente evidenciáveis em três campos: a) o campo das **alterações irreversíveis** dos ecossistemas terrestres em razão dos efeitos cumulativos das atividades humanas, tanto no plano espacial quanto temporal; b) o campo do **esgotamento dos recursos**, devido à exploração irracional dos recursos naturais, despida de qualquer preocupação quanto à sustentabilidade do modelo produtivo ou com a estabilidade ecológica; e c) o campo dos **riscos duradouros**”.

⁴² MILARÉ, E. **Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 763.

⁴³ MILARÉ, E. **Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 763.

⁴⁴ CANOTILHO, J. J. G. **Direito Constitucional Ambiental Português: tentativa de compreensão de 30 anos de gerações ambientais no direito constitucional português**. In: CANOTILHO, J. J. G; LEITE, J. R. M (orgs.). **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 08.

CAPÍTULO 3. A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE BRASILEIRO

A atuação preventiva na proteção do Meio Ambiente é condição fundamental para que o direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, que está consagrado constitucionalmente, seja efetivado. A atuação preventiva é um ponto central do Direito Ambiental e se traduz numa frase do senso comum: “Mais vale prevenir do que remediar”. Para tanto, é necessário que haja um nível elevado de consciência ambiental na sociedade.

Para Vierhaus,⁴⁵ consciência ambiental consiste no conjunto de quatro elementos: momento intelectual; momento existencial; momento ético; momento voluntarista. O momento intelectual apontaria para o saber, o momento existencial ao viver, o momento ético ao valer, e o momento voluntarista ao agir, sendo o acordo desses importante para uma compreensão razoável da formação da vontade política na área do ambiente.

Portanto, o presente capítulo abordará em um primeiro momento a Educação Ambiental, mostrando seu caráter preventivo, seu aspecto de educação política, além da função da Mídia na promoção da mesma. Já em segundo momento serão abordados as funções dos protagonistas da Justiça Ambiental (Judiciário, Polícia, Ministério Público), além da importância de dois instrumentos existentes para a proteção do Meio Ambiente, o Plano Diretor e o Licenciamento Ambiental.

3.1 A Educação Ambiental

A Educação Ambiental é definida pelo Art. 1º da Lei 9.795/99, como sendo:

Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

O Art. 5º, da referida Lei, mostra os objetivos fundamentais da Educação Ambiental, sendo o primeiro deles “o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos”.

⁴⁵ VIERHAUS, P. H. **Recensão, Democracia e Ambiente: Em torno de formação da consciência ambiental**. Revista do Centro de Direito do Ordenamento do Urbanismo e do Ambiente, Coimbra, - CEDOUA- Vol.1, 1998, p. 93-95.

Sendo a questão ambiental uma temática complexa, Castro e Gleiser,⁴⁶ avaliam que “a resultante do processo educativo deverá ser além da aquisição de conhecimentos, habilidades e valores, a mudança de comportamento por meio da participação responsável, ou seja, da prática da prevenção e solução dos problemas ambientais, mediante a gestão acertada da qualidade do Meio Ambiente”.

3.1.1 Educação Ambiental Política

A Educação Ambiental é um processo de educação política, a partir do momento em que possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades, bem como a formação de atitudes que se transformam necessariamente em práticas que garantam uma sociedade mais sustentável.⁴⁷

Consoante Reigota,⁴⁸ a Educação Ambiental, no seu aspecto de educação política, “visa à participação do cidadão na busca de alternativas e soluções aos graves problemas ambientais locais, regionais e globais, não devendo perder de vista os inúmeros e complexos desafios políticos, ecológicos, sociais, econômicos e culturais que têm pela frente, seja no momento presente, seja no futuro, sob uma visão de médio e longo prazo”. Ainda de acordo com o autor, o aspecto político da educação ambiental envolve o campo da autonomia, da cidadania, e da justiça social, cuja importância as transforma em metas que não podem ser conquistadas num futuro distante, mas devem ser construídas no cotidiano das relações afetivas, educacionais e sociais.

Dessa maneira cabe à Educação Ambiental, como processo político e pedagógico, formar para o exercício da cidadania, desenvolvendo conhecimento interdisciplinar baseado em uma visão integrada de mundo. Tal formação permitirá que o indivíduo investigue, reflita, e atue sobre efeitos e causas dos problemas ambientais que afetam a qualidade de vida e a saúde da população.

A atuação da Educação Ambiental na resolução de problemas ambientais locais, é considerada pela *UNESCO*,⁴⁹ uma de suas características mais importantes, pois é um elemento aglutinador na construção de uma sociedade sustentável. Layrargues⁵⁰ avalia que a

⁴⁶ CASTRO, M. L e GEISER, S. S. A. Educação ambiental: um caminho para a construção da participação nos conselhos de meio ambiente. In: PHILIPPI JR, A; PELICIONI, M. C. F, editores. **Educação ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos**. São Paulo: Signus, 2000, p. 215-222.

⁴⁷ PELICIONI, M. C. F; PHILIPPI JR, A. Meio ambiente, direito e cidadania: uma interação necessária. In: PHILIPPI JR, A; ALVES, A. C; ROMERO, M. A. e BRUNA, G. C, editores. **Meio ambiente, direito e cidadania**. 2ª ed. São Paulo: Signus, 2002, p. 347-351.

⁴⁸ REIGOTA, M. **Meio ambiente e representações sociais**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

⁴⁹ [UNESCO] Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. In: **Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Sociedades Sustentáveis**. Brasília (DF): IBAMA, 1999, p. 73.

⁵⁰ LAYRARGUES, P. P. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema-gerador ou a atividade fim da educação ambiental. In: Reigota, M. organizador. **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DPEA, 1999, p. 131-148.

promoção da Educação Ambiental, por meio da resolução dos problemas locais, carrega um valor altamente positivo pois foge da tendência desmobilizadora da percepção de problemas globais, distantes da realidade local, e parte do princípio de que é indispensável que o cidadão participe da organização e gestão de seu ambiente e objetivos de vida cotidiana.

3.1.2 A Mídia na Educação Ambiental

O desenvolvimento tecnológico, característica da sociedade moderna, possibilitou ao homem a aquisição de informações e conhecimentos por meio de diferentes maneiras, tais como: a televisão, rádio, dos jornais e Internet. Como observa Figueiredo,⁵¹ “a Mídia, por intermédio dos seus meios de veiculação, ao atingir a população em geral, leva notícias das mais variadas, como por exemplo, as do tipo turístico, demagógico, sensacionalista, imperativo, instrucional, religioso, ou simplesmente informativo”.

A interpretação dos vários gêneros de matérias jornalísticas veiculadas pela Mídia impressa e eletrônica proporcionam ao público a criação de uma imagem sobre a cidade em que estão vivendo. Neste contexto, onde a crise ambiental vivida pela sociedade se faz presente, observa-se que a Mídia vem dando cada vez mais importância aos programas sobre o Meio Ambiente, especialmente, àqueles que se voltam para a Educação Ambiental.

Brum,⁵² identifica três tipos de cobertura jornalística sobre questões ambientais: as matérias baseadas em denúncias; as que representam propostas de solução para problemas ambientais e aquelas que fazem uma divulgação amena de assuntos, apresentando matérias relacionadas a nichos ecológicos, parques e reservas florestais.

Sendo a mídia um elemento tão importante para a ampla difusão das informações sobre a problemática ambiental, sua atuação deverá estar alicerçada na consecução de caminhos que levem à solução dos conflitos de interesses ambientais e sócio-econômicos, promovendo reflexões sobre a atual sociedade de risco em que vivemos. Assim, não deveria ela limitar-se na simples divulgação de fatos, mas sim incentivar a reflexão, produzindo ações de mudanças comportamentais, que visem a proteção do Meio Ambiente.

3.2 Os Protagonistas da Justiça Ambiental

A Justiça Ambiental é definida como o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou

⁵¹ FIGUEIREDO, R. S. A interface com a Educação Ambiental. In: BRUM, E; FARIAS, R (Org.). *A mídia do Pantanal*. Campo Grande: UNIDERP, 2001, p. 195-208.

⁵² BRUM, E; FARIAS, R. *A mídia do Pantanal*. Campo Grande: UNIDERP, 2001.

omissão de tais políticas.⁵³ Nesse sentido, cabe expor a função de três protagonistas essenciais na efetivação da Justiça Ambiental.

3.2.1 O Judiciário

Importante papel é reservado ao Poder Judiciário na tutela do ambiente, uma vez que é através dele que, basicamente, os direitos da cidadania poderão ser exercidos, na medida em que nenhuma ameaça ou lesão a direito pode ser subtraída de sua apreciação.⁵⁴

Nalini⁵⁵ destaca que o juiz “no âmbito da legislação ambiental aplicada, torna-se um docente. A sentença judicial ambiental educa a sociedade e conscientiza o público no sentido da preservação do meio ambiente”. De acordo com o autor os delitos ambientais devem ser processados e julgados conforme seu potencial lesivo ao ecossistema e, conseqüentemente, de acordo com seu potencial ofensivo à sociedade, bem como pelas suas particularidades.

3.2.1.1 O Papel da Justiça Federal

Regulamentada pela Lei nº. 5.010, de 1966, a Justiça Federal tem por competência o julgamento de ações nas quais a União Federal, suas autarquias, fundações e empresas públicas federais figurem na condição de autoras ou rés e outras questões de interesse da Federação previstas no Art. 109 da Constituição Federal (disputa sobre direitos indígenas, crimes cometidos a bordo de aeronave ou navio, crimes praticados contra bens, serviços ou interesses da União etc).⁵⁶

A Vara Ambiental da Justiça Federal, tem competência, exclusiva, para processar e julgar ações cíveis ou criminais que, direta ou indiretamente, discutam o Direito Ambiental e o Meio Ambiente no âmbito da Justiça Federal (danos ambientais e poluição, licenciamento e impacto ambiental, crimes e infrações ambientais, meio ambiente cultural e patrimônio histórico, exploração do litoral, urbanização, questão indígena, entre outros).⁵⁷

3.2.2 A Polícia

A proteção do meio ambiente, pela polícia, pode ocorrer de forma *Administrativa ou Judiciária*. Lazzarini,⁵⁸ explica que a Polícia Administrativa é aquela que atua na área do ilícito puramente administrativo (preventiva ou repressivamente), já a Polícia Judiciária é aquela que

⁵³ **Princípios da Justiça Ambiental**. Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Disponível em: <http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=229>. Acesso em: 28 de Fevereiro de 2012.

⁵⁴ Constituição Federal, art. 5º, XXXV.

⁵⁵ NALINI, J. R. Magistratura e Meio Ambiente. In: **LEX – Jurisprudência 83, STJ e TRFs, ano 8**. São Paulo: 1996.

⁵⁶ **Competências da Justiça Federal**. Portal da Justiça Federal. Disponível em: <<http://www.jf.jus.br/cjf>>. Acesso em: 30 de Janeiro de 2012.

⁵⁷ JUNIOR, C. A. S. L. **Vara Ambiental e sua competência**, 2005. Disponível em: <http://www.jornaldaordem.com.br/noticia_ler.php?id=7945>. Acesso em: 26 de Fevereiro de 2012.

⁵⁸ LAZZARINI, A. **Aspectos administrativos do direito ambiental**. Revista Justitia, São Paulo: Ministério Público de São Paulo, nº169, p. 118.

age quando o ilícito penal é praticado. De acordo com o autor, a Polícia dita Administrativa atua na fiscalização das atividades lesivas ao ambiente, aplicando aos infratores da legislação ambiental sanções previamente tipificadas em normas jurídicas. A Polícia Judiciária, por sua vez, dispõe de dois instrumentos básicos o desenvolvimento das investigações de crimes contra o ambiente: inquéritos policiais e termos circunstanciados. A Polícia Administrativa atua em geral através da lavratura de *autos de infração ambiental*, os quais ensejam a instauração de um processo administrativo, em que garante ao autuado o exercício do direito à ampla defesa, com todas as garantias que lhe são inerentes.

3.2.2.1 O Papel da Polícia Federal

A Polícia Federal (PF), de acordo com o Art. 144 da CF/88, tem como função exercer a segurança pública para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

À PF a Constituição atribuiu, além do exercício exclusivo das funções de polícia judiciária da União, a apuração de infrações penais: (i) contra a ordem política e social; (ii) em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas; e (iii) outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual e internacional, exigindo repressão uniforme.⁵⁹

Em matéria ambiental, a PF atua na investigação dos crimes praticados contra o Meio Ambiente (que estão previstos principalmente, na Lei 9.605/1998). É de competência da PF, por exemplo, a investigação de crimes como:

- Poluição. Seja de qualquer natureza e em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora;⁶⁰
- O dano direto ou indireto às Unidades de Conservação;⁶¹
- O desmatamento, a exploração econômica ou a degradação de floresta, plantada ou nativa, em terras de domínio público ou devolutas, sem autorização do órgão competente.⁶²

3.2.3 O Ministério Público

O Ministério Público é uma instituição pública autônoma, a quem a Constituição Federal atribuiu a incumbência de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis. Assim o Ministério Público tem a obrigação de defender o interesse público, conduzindo-se, sempre, com isenção, apartidarismo e profissionalismo. Para

⁵⁹ Art. 144, § 1º, I, II e III, da CF.

⁶⁰ Art. 54 da Lei 9605/1998.

⁶¹ Art. 40 Lei 9605/1998

⁶² Art. 50 da Lei 9605/1998

tanto, todos os seus membros têm as mesmas garantias asseguradas aos integrantes do Poder Judiciário, embora não tenham qualquer vinculação com esse poder, nem com Poder Executivo nem com o Poder Legislativo.⁶³

A Constituição estabelece ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção ambiental.⁶⁴

A atuação do Ministério Público em Juízo, **nas questões ambientais**, poderá ocorrer por duas maneiras distintas:⁶⁵

a) a primeira, como "custos legis", conquanto, por não ser o autor da ação, deve acompanhar o feito em razão da matéria. Nessa situação, define-se qual dos seus segmentos irá atuar de acordo com a tradicional divisão administrativa da Instituição.

b) a segunda, como parte autora, no exercício da legitimidade ativa extraordinária que lhe foi conferida. Nesse caso, a definição de qual dos Ministérios Públicos poderá atuar perante uma determinada Justiça não diz respeito à questão da atribuição e da legitimidade, das quais todos, em última análise, desfrutam, mas sim de acordo com a possibilidade de representação da Instituição.

3.2.3.1 O Papel do Ministério Público Federal

O Art. 129 da CF/88 apresenta mais de oito diferentes funções do Ministério Público Federal (MPF). Dentre essas podemos destacar duas:

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos

VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicando os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

Em matéria ambiental, as ações do Ministério Público Federal para proteger o Meio Ambiente abrangem temas atuais, como por exemplo:⁶⁶

- Licenciamento ambiental para construção de empreendimentos que causem significativo impacto ambiental;
- Modificação genética de alimentos (transgênicos) e de animais;

⁶³ **Atribuições do Ministério Público.** Portal do Ministério Público de SP. Disponível em: <http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/atribuicoes/o_que_e_o_MP>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2012.

⁶⁴ PINZETTA, Odete. **Manual Básico do Promotor de Justiça do Meio Ambiente: atividade extrajudicial.** Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, 2003, p. 06.

⁶⁵ MENDES, S. **Atribuição, legitimação e representação do ministério público nas questões de natureza ambiental.** Disponível em: <<http://meioambiente.sites.uol.com.br/page11.html>>. Acesso em: 25 de Janeiro de 2012.

⁶⁶ **Defesa do meio ambiente.** SECOM/MPF. Disponível em: <<http://www.prrr.mpf.gov.br/areas-de-atuacao/direito-ambiental>>. Acesso em: 28 de Fevereiro de 2012.

- Preservação de áreas especialmente protegidas, como unidades de conservação e áreas de proteção ambiental;
- Proteção da biodiversidade com combate à biopirataria e ao tráfico de animais silvestres;
- Ocupação e uso de praias, poluição das águas por derramamento de óleo e outras substâncias;
- Saneamento básico e saúde pública - poluição por esgoto, lixo doméstico e industrial, destinação de resíduos.

3.3 O Plano Diretor

O Plano Diretor, de acordo com o Art. 40 do Estatuto da Cidade, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do Município. Tendo que ser revisto, pelo menos, a cada dez anos, tem como objetivo:

Garantir o desenvolvimento das funções econômicas, sociais e ambientais do município, gerando um ambiente de inclusão socioeconômica de todos os cidadãos e de respeito ao Meio Ambiente. Desta maneira, o Plano Diretor é a base do planejamento do Município, cabendo a ele a tarefa de articular as diversas políticas públicas existentes, fazendo-as convergir para uma única direção.

O Plano Diretor também integra dinâmicas existentes entre área rural e a área urbana; uma vez que suas diretrizes devem abranger o território do Município como um todo. Suas diretrizes e prioridades, incorporam as leis do Plano Plurianual; a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual do Município.

Segundo Freitas,⁶⁷ a aprovação do Plano Diretor se dá por lei municipal, portanto, pelo Legislativo. É a Câmara Municipal que aprova o plano (Art. 182, §1º, CF), mas é o Executivo que o elabora.

3.4 O Licenciamento Ambiental

As atividades econômicas potencial ou efetivamente causadoras de impactos ao Meio Ambiente, como qualquer outra atividade capaz de interferir nas condições ambientais, estão

⁶⁷ FREITAS, J.C. **Debate sobre a realidade Urbana e Territorial do Distrito Federal - Plano Diretor como instrumento da política urbana**. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 21/05/2008. Disponível em: <http://www.mpdf.gov.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=375&Itemid=104>. Acesso em: 28 de Fevereiro de 2012.

sujeitas ao controle estatal. O licenciamento ambiental, presente no inciso IV do Art. 9º e o Art. 10 da Lei nº 6.938/81, é o mecanismo mediante o qual Poder Público procura controlar tais atividades, causadoras de impacto ambiental, objetivando a proteção do Meio Ambiente.

Por meio desse instrumento, a Administração Pública tentará fazer com que a atividade se adapte à legislação ambiental e aos procedimentos de gestão ambiental indicados, tendo em vista as peculiaridades do caso. Embora as atividades em operação também estejam submetidas a ele, esse controle é exercido em regra antes da instalação ou do funcionamento da atividade, já que para serem efetivos os mecanismos de defesa e de preservação do Meio Ambiente devem se pautar por uma atuação eminentemente preventiva. Dessa maneira, intenção é fazer com que, mediante o embasamento de análises técnicas e de avaliações de impacto ambiental, os impactos positivos possam ser aumentados e os impactos negativos evitados, diminuídos ou compensados.

Talden,⁶⁸ avalia que o licenciamento ambiental tem se destacado “como o mais importante mecanismo estatal de defesa e preservação do Meio Ambiente, sendo sua importância tamanha que a instalação ou funcionamento de alguma atividade atrelada a ele, sem a devida licença ambiental ou em desacordo com a mesma, está sujeita ao enquadramento nas esferas administrativa, civil e criminal, na medida da responsabilidade das partes envolvidas.”

O Anexo 1 da Resolução nº 237/97 do CONAMA estabeleceu uma lista com as atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, relacionando a maioria dos segmentos econômicos. Contudo, esse elenco poderá ser complementado em situações específicas, de acordo com o entendimento justificado do órgão ambiental.

⁶⁸ FARIAS, T. **Licenciamento ambiental: aspectos teóricos e práticos**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010, p. 19-21.

CAPÍTULO 4. O CASO DA OPERAÇÃO MOEDA VERDE E SEUS DESDOBRAMENTOS NA PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO ESTUDANTIL DA UFSC

A Moeda Verde, foi o nome dado à maior operação da PF que já ocorreu em Florianópolis. Deflagrada publicamente no dia 03 de Maio de 2007, ela investigou a compra e venda de licenças ambientais, além de alterações irregulares no Plano Diretor do Município. Tais ações, visavam uma facilitação na construção de hotéis, shoppings, e outros tipos de empreendimentos no Município, afetando desta forma, ecossistemas legalmente protegidos, como mangues e restingas. Quase 5 anos após sua deflagração, a importância que o caso possa ter tido na população local permanece desconhecida.

Desta forma, o presente capítulo abordará, em um primeiro momento, a conjuntura de Florianópolis, seja no aspecto ambiental ou sócio-econômico, pois tal entendimento é vital para a compreensão dos motivos que levarão à existência do caso. No segundo momento do capítulo será realizada uma exposição histórico-evolutiva do caso, desde o início de suas investigações até os dias atuais. Já no momento final serão expostos os resultados proveniente do questionário aplicado, que objetivaram avaliar a importância do caso na população local. No questionário foram avaliados aspectos referentes ao conhecimento em relação ao tema; impacto do caso na consciência ambiental; percepção em relação à atuação dos principais atores no caso; importância do caso para a implementação do direito ambiental, além de outros aspectos relevantes.

4.1 A Problemática Ambiental de Florianópolis

O prestigiado jornal norte-americano *The New York Times*, em Janeiro de 2009, anunciou: **“O lugar para estar: Florianópolis, Brasil”**.⁶⁹ Abaixo, uma imagem que ajudava a seduzir e criar um ideário de paraíso, sem conflitos urbanos, sociais e ambientais: jovens felizes, de roupa de banho, dançando a beira da piscina (Figura 1).

⁶⁹ SHERWOOD, S. **The Place to Be: Florianópolis, Brazil**. New York Times, 11/01/2009. Disponível em: <<http://travel.nytimes.com/2009/01/11/travel/11party.html?scp=1&sq=Florian%F3polis&st=nyT>> Acesso em: 17 de Janeiro de 2012.



Figura 1. O lugar para estar: Florianópolis, Brasil. Foto: Nytimes.com

O Município de Florianópolis é a capital do Estado de Santa Catarina (Região Sul do Brasil), localizando-se no litoral entre as coordenadas geográficas 27°22' e 27°51' latitude sul e 48°20' e 48°37' longitude oeste. Com uma superfície total de 436,5 km², divide-se em duas partes. A maior situa-se numa ilha, denominada de Ilha de Santa Catarina com uma área de 424,40 km², de forma alongada no sentido nordeste-sudoeste. Em termos de distâncias, possui aproximadamente 54 km de comprimento por 18 km de largura, apresentando uma linha de costa com 172 km de extensão. A outra parte situa-se no continente, com 12,10 km², e representando apenas 2,77% da porção total do município. As duas partes do município são ligadas por três pontes.⁷⁰

Florianópolis, destaca-se por seu belíssimo cenário natural, composto por 42 praias, dunas, costões, restingas e manguezais, razões pelas quais 42% do seu território, está em Área de Preservação Permanente (APP),⁷¹ (Figura 2).



Figura 2. Parque Municipal da Lagoinha do Leste. Foto: Google.com

⁷⁰ NASCIMENTO, R. S. **ATLAS AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS-SC**. 2002, p. 2

⁷¹ FLORIANOPOLIS, P. M. **Elaboração do plano municipal integrado de saneamento básico do município de Florianópolis**. Anexo I Concorrência N.º 666/SADM/DLCC/2008. 2008. p. 2 .

Atualmente existem no Município 14 Unidades de Conservação, sendo 7 municipais, 2 estaduais e 5 federais (incluindo 2 Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPNs); e 10 áreas legalmente protegidas, tombadas como patrimônio natural do Município (Tabela 1).⁷²

Tabela 1 - Unidades de Conservação e Áreas Legalmente Protegidas no Município de Florianópolis

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAIS	
Parque Municipal da Lagoa do Peri	2.030,00 ha
Parque Municipal das Dunas da Lagoa da Conceição	563,00 ha
Parque Municipal da Praia da Galheta	149,30 ha
Parque Municipal da Lagoinha do Leste	794,95 ha
Parque Municipal do Maciço da Costeira.	1.456,30 ha
Parque Municipal do Manguezal do Itacorubi	150,00 ha
Parque Municipal da Ponta do Sambaqui	1,37 ha
Total de Unidades de Conservação Municipais: 5.144,92 ha	
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS	
Parque Estadual da Serra do Tabuleiro - Ponta dos Naufragados	346,50 ha
Parque Estadual do Rio Vermelho	1.297,00 ha
Total de Unidades de Conservação Estaduais: 1.643,50 ha	
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS	
Estação Ecológica de Carijós	Ratones: 606,28 ha Saco Grande: 93,19 ha
Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé	1.702,63 ha
Unidade de Conservação Ambiental Desterro	491,50 ha
RPPN Menino Deus	16,00 ha
RPPN do Morro das Aranhas	44,16 ha
Total de Unidades de Conservação Federais: 1.251,13 ha	
ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS – Municipais	
Área Tombada da Lagoinha da Chica e Lagoa Pequena	Lagoinha da Chica: 5,35 ha Lagoa Pequena: 35,49 ha
Área Tombada da Região da Costa da Lagoa da Conceição	976,80 ha
Área Tombada das Dunas dos Ingleses, Santinho, Campeche, Armação, Pântano do Sul	Ingleses: 463,75 ha Santinho: 74,40 ha Campeche: 490,90 ha Armação: 4,21 ha Pântano do Sul: 23,80 ha
Área Tombada da Restinga de Ponta das Canas	22,80 ha
Horto Florestal Municipal de Ribeirão da Ilha	25,90 ha
Total de Áreas Legalmente Protegidas: 2.074,70 ha	
Total de Unidades de Conservação e Áreas Legalmente Protegidas: 10.114,25 ha	

⁷² NETO, C. B. e JR, C. L. **Zoneamento geoambiental para fundamentar o plano diretor participativo de Florianópolis**, 2008, p. 5.

O enaltecimento de Florianópolis, por dados e campanhas publicitárias, como a melhor capital para viver do Brasil, transformou o Município em um grande destino turístico brasileiro. Além disso, atualmente, é observado um crescimento populacional local, em média, duas vezes superior ao país, de acordo com o Censo de 2010.⁷³ No referido Censo, verificou-se que a população passou de 342.315 para 404.224 habitantes, o que representa um aumento de 18,08%, enquanto o crescimento médio do país foi de 9,4%.

O enorme adensamento urbano e a consequente valorização dos terrenos, despertou a atenção do setor público e privado na regulamentação do uso do solo determinada pelo Plano Diretor. Tais fatores, vem interferindo diretamente na estruturação urbana da cidade, na definição quanto à destinação dos investimentos públicos, bem como no processo de segregação social.

Florianópolis, atualmente, é considerada a capital com a pior mobilidade de trânsito do Brasil (Figura 3).⁷⁴ Além disso, observa-se um aumento gradual para com problemas relacionados à segurança pública, saneamento básico, aumento da favelização e de construções de alto padrão em áreas ambientalmente protegidas.



Figura 3. Trânsito caótico em Florianópolis. Foto: Globo.com

A solidificação da especulação imobiliária, como um dos pilares da base de sustentação econômica de Florianópolis, aliada ao crescente interesse na construção de grandes empreendimentos imobiliários ou turísticos, que frequentemente esbarram nas limitações impostas pela legislação urbana e ambiental, serviram de combustível para que a explosão, cunhada com o nome de “Moeda Verde”, ocorresse em Maio de 2007.

⁷³ LOURENÇO, J. A. **Florianópolis tem crescimento populacional acima da média, aponta Censo**. Jornal Diário Catarinense, 09/11/2010. Disponível em:

<<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2010/11/florianopolis-tem-crescimento-populacional-acima-da-media-aponta-censo-3102995.html>>. Acesso em: 01 de Março de 2012.

⁷⁴ **Florianópolis é a capital com pior mobilidade de trânsito do Brasil**. Rede Globo, 27/04/2011. Disponível em <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2011/04/florianopolis-e-capital-com-pior-mobilidade-de-transito-do-brasil.html>>. Acesso em 11 de Fevereiro de 2012.

4.2 O Caso da Operação Moeda Verde

As investigações do caso iniciaram-se, em maio de 2006, a partir de denúncia do MPF, feita pelo Procurador Federal Walmor de Alves Moreira, sobre irregularidades na construção do empreendimento Il Campanário Villaggio Resort (Figura 4), localizado no bairro de Jurerê Internacional. O MPF questionou o fato do empreendimento, construído pela empresa Habitasul, ter sido autorizado pela Fundação de Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (FATMA), mesmo com a suspeita de que a obra afetaria um curso de água. O MPF requisitou abertura de inquérito policial à PF, para que a situação fosse investigada.⁷⁵



Figura 4. Il Campanário Villaggio Resort. Foto: Google.com

26 de Junho de 2006 - Após uma investigação preliminar, a PF pediu a quebra do sigilo telefônico de alguns suspeitos. As gravações telefônicas foram realizadas de 21 de Julho até o dia 19 de Dezembro daquele ano. De Dezembro até o final de Abril de 2007, os agentes federais realizaram diligências para complementar a investigação.⁷⁶

29 de Abril de 2007 - A Delegada da PF Julia Vergara da Silva, responsável pela operação, encaminha 28 relatórios e os respectivos áudios da investigação à Zenildo Bodnar, na época Juiz Federal Substituto da Vara Ambiental de Florianópolis. Vergara requisitou à Bodnar, a prisão preventiva de 22 suspeitos, além da busca e apreensão nas casas dos suspeitos, em

⁷⁵ **Polícia apura fraude ambiental.** Jornal A Notícia, 04/05/2007. Disponível em: <<http://floripamanha.org/2007/05/policia-apura-fraude-ambiental/>>. Acesso em: 08 de Fevereiro de 2012.

⁷⁶ CAVALLAZZI, J. E PEREIRA, F. **Polícia revela como investigou suspeitos no caso Moeda Verde.** Jornal Diário Catarinense, 31/05/2007. Disponível em: <http://www.acaprena.org.br/hp/index.asp?p_codmnu=3&p_codnot=2619>. Acesso em: 24 de Fevereiro de 2012.

escritórios, e em órgãos do poder público Municipal e Estadual.⁷⁷

03 de Maio de 2007 – Na manhã deste dia, após o deferimento dos pedidos por Bodnar, cerca de 170 Policiais Federais cumpriram mais de 30 mandados de busca e apreensão em órgãos como: Câmara de Vereadores de Florianópolis (CVF), Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM), FATMA, Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Público (SUSP) e Secretaria Municipal de Obras. Nestes locais foram apreendidos documentos e computadores.⁷⁸

Dos 22 suspeitos, que tiveram mandato de prisão preventiva expedido, 17 (Amílcar Lebarbechon da Silveira, André Luiz Dadam, Aurélio de Castro Remor, Aurélio Paladini, Fernando Marcondes de Mattos, Francisco Rzatki, Gilson Junckes, Hélio Scheffel Chevarria, Itanoir Cláudio, Juarez Silveira, Marcelo Vieira Nascimento, Margarida Emília Milani de Quadros, Percy Haensch, Renato Juceli de Souza, Rodrigo Bleyer Bazzo, Rubens Bazzo) foram detidos em Florianópolis; 2 (Fernando Tadeu Soledade Habckost e Péricles de Freitas Druck), em Porto Alegre; e 3 (Marcílio Guilherme Ávila, Paulo Cezar Maciel da Silva, e Sérgio Limade Almeida) não foram localizados. Além dos documentos, foram apreendidos 8 veículos e R\$ 1 milhão em dinheiro (Figura 5).

Os 3 indiciados que não haviam sido localizados, posteriormente, se apresentaram, e assim como os outros indiciados, foram liberados pela Justiça Federal. A última liberação foi a do vereador Marcílio Guilherme Ávila, que ocorreu na noite do dia 08 de Maio.⁷⁹



Figura 5. Apreensão de documentos pela PF. Foto: Agência RBS

⁷⁷ CAVALLAZZI, J. **Moeda Verde: Vereadores são ameaçados pelo telefone**. Jornal Diário Catarinense, 19/06/2007. Disponível em: <http://www.acaprena.org.br/hp/index.asp?p_codmnu=3&p_codnot=2687>. Acesso em: 23 de Maio de 2012.

⁷⁸ **Polícia apura fraude ambiental**. Jornal A Notícia, 04/05/2007. Disponível em: <<http://floripamanha.org/2007/05/policia-apura-fraude-ambiental/>>. Acesso em: 08 de Fevereiro de 2012.

⁷⁹ PEREIRA, F. e ORTIGA, M. **Moeda Verde: Presidente da Santur depõe e é liberado**. Jornal Diário Catarinense, 09/05/2007. Disponível em: <http://www.acaprena.org.br/hp/index.asp?p_codmnu=3&p_codnot=2517>. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2012.

A investigação da Moeda Verde, que era para ser investigação pontual, sobre apenas uma obra, transformou-se em uma ampla varredura de diversos empreendimentos, sendo que alguns já haviam sido concluídos, outros em andamento. De acordo com as investigações, servidores públicos e políticos seriam os principais responsáveis pelo esquema de troca de favores entre órgãos públicos e o setor privado. O esquema envolvia a aprovação de licenças ambientais, de forma irregular, que liberavam a construções de grandes empreendimentos na capital. Os empresários, em troca ofereciam vantagens diversas, dentre elas: propina, concessão de automóveis e doações de terrenos.

A autorização dos mandatos de prisão temporária e busca e apreensão, basearam-se nos relatórios encaminhados ao juiz. Dentre os empreendimentos citados, na autorização de Bodnar estão:

- Shopping Iguatemi (Figura 6)
- Floripa Shopping (Figura 7);
- Supermercado Bistek do Bairro Costeira do Pirajubaé (Figura 8);
- Costão Golf (Figura 9);
- Boate Km-7 (Figura 10);
- Condomínio Vilas do Santinho (Figura 11);
- Vila Santa Rosa (Figura 12);
- Colégio Energia, de Jurerê Internacional;
- Hospital Vita no Bairro Santa Mônica;



Figura 6. Shopping Iguatemi. Foto: Google.com



Figura 7. Floripa Shopping. Foto: Google.com



Figura 8. Supermercado Bistek do Bairro Costeira do Pirajubaé. Foto: Google.com



Figura 9. Costão Golf. Foto: Grupo Costão Ville



Figura 10. Boate Km-7. Foto: Google.com



Figura 11. Condomínio Vilas do Santinho. Foto: Grupo Costão Ville,



Figura 12. Vila Santa Rosa. Foto: Google.com

05 de Maio de 2007 – Ocorre neste dia uma manifestação de apoio à PF, reunindo cerca de 150 pessoas em frente ao prédio da PF na avenida Beira-mar Norte (Figura 13 e 14).⁸⁰



Figura 13. Manifestação de apoio à PF/1. Foto: google.com.



Figura 14. Manifestação de apoio à PF/2. Foto: google.com.

21 de Maio de 2007 - A Câmara de Vereadores de Florianópolis, instala uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Moeda Verde para apurar o envolvimento de autoridades e servidores dos poderes Legislativo e Executivo municipais na Operação Moeda Verde.⁸¹

31 de Maio de 2007 - A imprensa apresenta à sociedade trechos dos relatórios, que embasaram a prisão preventiva dos indiciados. Nos relatórios, o vereador Juarez Silveira é apontado pela polícia como “chefe” do suposto esquema. Ele aparece em quase todas as

⁸⁰ DJGAJETA. **Moeda Verde - Catarinenses apoiando a Polícia Federal**. Vídeo postado no site Youtube, 09/05/2007. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=J2fRdUSkgV0>. Acesso em 25 de Fevereiro de 2012.

⁸¹ **Instalada CPI na Câmara da Capital**. Jornal Diário Catarinense. 22/05/2007. Disponível em: <<http://floripamanha.org/2007/05/instalada-cpi-na-camara-da-capital/>>. Acesso em: 05 de Março de 2012.

investigações, intermediando algum tipo de “favor” ou “ajuda”. Nos relatórios do caso do Shopping Iguatemi, do Hospital Vita e do Supermercado Bistek, estão as conversas que, para a PF, são as mais comprometedoras. Nessas e em outras interceptações, o vereador aparece solicitando carros emprestados, negociando veículos e a aprovação de leis. Nas gravações em vídeo, os alvos são André Luiz Dadam, funcionário da FATMA, e o vereador Juarez. Dadam foi flagrado saindo com R\$ 8 mil em dinheiro da sede do Grupo Habitasul, em Jurerê Internacional, antes das eleições de 2006.⁸²

1º de junho de 2007 - Os advogados do empresário Paulo Cezar Maciel, sócio-proprietário do Shopping Iguatemi, pedem o afastamento do procurador Moreira. No documento, os defensores sustentam que Moreira teria agido de forma parcial durante a disputa que colocou em lados opostos Maciel e o empreendedor do Floripa Shopping, Carlos Amastha. O procurador da República refuta as acusações dos advogados. Dias depois, o juiz Bodnar decide que não vai mais aceitar manifestação assinada só pelo procurador Moreira.⁸³

29 de Junho de 2007- O MPF monta uma força-tarefa com seis procuradores para atuar no caso.⁸⁴

Posteriormente, os procuradores entram com pedido no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), pedindo a suspeição do juiz. Os representantes da força-tarefa relatam vários fatos que, na opinião deles, possuem indícios suficientes para tirar Bodnar do caso. Entre eles estão a liberação, para um dos empresários incriminados, de R\$ 500 mil apreendidos durante a operação, além do fato dele não ser juiz titular. Conforme os procuradores, outros indiciados e até mesmo órgãos públicos não teriam conseguido que o magistrado atendesse pleitos semelhantes, como a liberação de documentos e computadores, por exemplo. Além disso, a força-tarefa também contesta a homologação de um acordo que envolve um dos empreendimentos suspeitos. Também reclamam que a obra, embora tenha sido o embrião da Operação Moeda Verde, não foi embargada pela Justiça. Os pedidos foram rejeitados. Os membros da força-tarefa relatam, ainda, que, no dia 2 de Maio, “ilegal e inexplicavelmente”, o juiz determinou, a pedido da PF e sem ouvir o MPF, interceptações telefônicas dos ex-vereadores Marcílio Ávila (PMDB) e Juarez Silveira. No pedido de exceção, a força-tarefa também critica a delegada Julia Vergara, responsável pelo inquérito, e a ordem de prisão de 22 pessoas (os procuradores defendiam apenas 14

⁸² **O que dizem os relatórios da PF.** Jornal A Notícia, 31/05/2007 Disponível em <<http://www.an.com.br/2007/mai/31/0des.jsp>>, Acesso em :01 de Fevereiro de 2012.

⁸³ VARGAS, D. **Justiça diz que procurador está impedido de atuar na operação; MPF contesta decisão.** Jornal A Notícia, 13.06.07. Disponível em: <http://www.ambienteja.info/ver_cliente.asp?id=97545>. Acesso em: 25 de Janeiro de 2012.

⁸⁴ **Moeda Verde: Entrevista com Dário Berger.** Jornal Diário Catarinense, 13/07/2007. Disponível em: <http://www.acaprena.org.br/hp/index.asp?p_codmnu=3&p_codnot=2788>. Acesso em 27 de Fevereiro de 2012.

detenções).⁸⁵

03 de Julho de 2007 - Câmara de Vereadores de Florianópolis, numa decisão inédita na história da Câmara, cassa com 11 votos favoráveis os mandatos de Juarez Silveira, que de acordo com as investigações seria o suposto líder da quadrilha e Marcílio Guilherme Ávila.⁸⁶

15 de Outubro de 2007 - O inquérito policial da Moeda Verde é concluído pela PF e enviado à Vara Ambiental da Justiça Federal de Florianópolis.⁸⁷

22 de Outubro - São conhecidos os nomes dos 54 indiciados na operação, estando o Prefeito Dário Berger entre os indiciados. O indiciamento ocorreu devido a diferentes motivos, tais como: crimes ambientais, crimes contra a ordem tributária, falsificação de documento, falsidade ideológica, formação de quadrilha, corrupção e tráfico de influência (Tabela 2). A PF, também, disponibilizou o relatório da Moeda Verde para os advogados dos indiciados, para os vereadores da CPI e para o MPF. O Jornal Diário Catarinense, também, teve acesso ao relatório.⁸⁸

Tabela 2. Lista dos indiciados no inquérito da Moeda Verde.

Nome	Função que exercia na época	Motivo do indiciamento
Adir Cardoso Gentil	Empresário, ex-vereador e ex-senador	Corrupção passiva
André Luiz Dadam	Ex-funcionário comissionado de coordenador regional na Grande Florianópolis da FATMA.	Formação de quadrilha; Corrupção ativa; Subtração ou inutilização de livro ou documento.
Andréa Hermes Silva	Arquiteta	Falsidade ideológica
Alexandre Confúcio de Moraes e Lima	Técnico da FATMA.	Formação de quadrilha
Amílcar Lebarbenchon da Silveira	Engenheiro e fundador da KDS Engenharia	Falsidade ideológica

⁸⁵ CAVALLAZZI, J. **Força-tarefa que acompanha Moeda Verde sofre novo revés**. Diário Catarinense, 20/10/2007. Disponível em: <http://www.ambienteja.info/ver_cliente.asp?id=108190>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2012.

⁸⁶ Tortato, M. **Câmara de Florianópolis cassa vereadores investigados por Moeda Verde**. Agência Folha, 04/07/2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u309277.shtml>>. Acesso em 25 de Fevereiro de 2012.

⁸⁷ **Questões da Operação Moeda Verde serão julgadas em junho**. Jornal Diário Catarinense, 21/05/2009. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2009/05/questoes-da-operacao-moeda-verde-serao-julgadas-em-junho-2517941.html>>. Acesso em: 26 de Fevereiro de 2012.

⁸⁸ CAVALLAZZI, J. **Moeda Verde: PF indícia prefeito e secretários da Capital**. Jornal Diário Catarinense, 23/10/2007. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=PF%20come%C3%A7a%20disponibilizar%20o%20relat%C3%B3rio%20da%20Moeda%20Verde%20para%20os%20advogados%20dos%20indiciados%2C%20para%20os%20vereadores%20da%20CPI%20e%20para%20o%20MPF.&source=web&cd=2&ved=0CC4QFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.ecoeacao.com.br%2Findex2.php%3Foption%3Dcom_content%26do_pdf%3D1%26id%3D4742&ei=BMRKT_2IGpC5twfR7o39Cg&usq=AFQjCNH9kiZpdOupr0LgMbQhZ6JdWx83mg&sig2=jgusS0TH3zaBKqQrYjFWpg>. Acesso em: 26 de Fevereiro de 2012.

Apoena Calixto Figueiroa	Fiscal do Ibama.	Ambiental Art. 68
Aurélio Paladini	Empresário da Construtora Magno Martins	Corrupção ativa
Aurélio Remor	Secretário de Obras de Florianópolis	Advocacia administrativa; Porte ilegal de arma
Carlos Franco Amastha	Ex-empresendedor do Floripa Shopping.	Falsidade ideológica.
Carlos Roberto De Rolt	Secretário de Finanças de Florianópolis	Advocacia administrativa; Formação de quadrilha.
Cassiano Luz Monguilhott	Empresa Meridiano	Ambiental Art 40 e Art. 50.
Clóvis Alexandre Feller	Ex-funcionário contratado do setor de protocolos da FATMA	Formação de quadrilha; Corrupção passiva.
Dário Berger	Prefeito de Florianópolis	Crime contra a administração pública; Ambiental; corrupção passiva; advocacia administrativa; falsidade ideológica e formação de quadrilha.
Dilmo Berger	Empresário	Corrupção.
Edelberth Adam	Engenheiro florestal e Diretor de Operações da FLORAM	Crime contra a administração pública; Ambiental; prevaricação.
Fernando Marcondes de Mattos	Dono do Costão do Santinho Resort	Corrupção ativa.
Fernando Tadeu Soledade Habckost	Diretor do grupo Habitasul	Corrupção ativa.
Francisco Rzatki	Ex-superintendente da FLORAM	Crime contra a administração pública; ambiental; formação de quadrilha.
Gilson Junckes	Empresendedor do Hospital Vita	Corrupção ativa.
Hélio Scheffel Chevarria	Diretor do Grupo Habitasul	Corrupção ativa; ambiental Art. 40 e 50.
Heriberto Hülse Neto	Gerente de Licenciamento Urbano da FATMA	Sonegar informação ou dados técnicos.
Hudson Paulo da Silva		Corrupção ativa.
Ildo Rosa	Diretor-presidente do IpuF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis), secretário municipal de Defesa do Cidadão e delegado licenciado da Polícia Federal	Crime contra a administração pública; ambiental; formação de quadrilha; advocacia administrativa.
Itanoir Cláudio	Assessor de gabinete do ex-vereador Juarez Silveira	Crimes contra a administração pública e ao meio ambiente, corrupção passiva e formação de quadrilha.
Jaime de Souza	Procurador geral de Florianópolis	Ambiental Art. 68

Jânio Wagner Constante	Diretor de Administração da FATMA	Formação de quadrilha.
José Rodrigues da Rocha		Crime contra a administração pública e o Meio Ambiente.
José Nilton Alexandre	Secretário do Continente e ex-diretor-presidente da Comcap	Advocacia administrativa.
Juarez Silveira	Vereador de Florianópolis	Crime contra administração pública; corrupção passiva; Ambiental art. 38, 64, 67, 68; tráfico de influência; advocacia administrativa.
Lauro Santiago Fernandes	Arquiteto do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (Ipuf)	Crime contra a administração pública; Ambiental; corrupção passiva e formação de quadrilha.
Leandro Adegas Martins		Corrupção ativa.
Leandro Schoenninger		Corrupção ativa.
Lírio José Legnani	Diretor do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (Ipuf)	Crime contra administração pública (não especificado pelo despacho da Justiça Federal), formação de quadrilha e advocacia administrativa.
Marcelo Viera Nascimento	Funcionário da FLORAM	Crime contra a administração pública e ao meio ambiente; formação de quadrilha.
Marcílio Guilherme Ávila	Vereador e Presidente da Santa Catarina Turismo (Santur)	Advocacia administrativa e prevaricação.
Margarida Milani Quadros	Arquiteta do Shopping Iguatemi	Corrupção ativa.
Mário Altamiro Viera Alano		Sonegar informações ou dados técnicos
Marli Joner da Silveira	Técnica da FATMA	Sonegar informações ou dados técnicos
Mozara Lenzi		Falsidade ideológica
Newton Luiz Cascaes Pizzolatti	Servidor da FATMA	Formação de quadrilha.
Odilon Furtado Filho	Ex-diretor da Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos (SUSP)	Co-autor de corrupção ativa, ou seja, pagar propina.
Oracil Robson Nascimento		Corrupção ativa.
Paulo Cezar Maciel da Silva	dono do Shopping Iguatemi	Corrupção ativa.
Paulo Orofino	Técnico da FATMA	Sonegar informações ou dados técnicos

Paulo Toniolo Júnior	Dono da DVA Veículos	Corrupção ativa; Ambiental Art. 48 e 50 .
Percy Haensch	Dono do Colégio Energia	Ambiental
Péricles Druck	Presidente do Grupo Habitasul	Corrupção ativa.
Renato Joceli de Souza	Secretário de Urbanismo e Serviços Públicos	Crime contra a administração pública; meio ambiente, advocacia administrativa; corrupção passiva e formação de quadrilha.
Rodolfo Sigried Matte Filho	Chefe de normas urbanísticas de Florianópolis	Crime contra a administração pública; Meio Ambiente e falsidade ideológica.
Rodrigo Bleyer Bazzo	Funcionário assalariado da Habitasul	Tráfico de influência; corrupção passiva.
Rubens Bazzo	Ex-diretor da SUSP	Corrupção passiva; prevaricação.
Sebastião David Machado	Diretor de Arquitetura e Urbanismo da SUSP	Crime contra a administração pública e o Meio Ambiente, corrupção passiva, prevaricação.
Sérgio Lima de Almeida	Médico e sócio da Clínica SOS Cardio	
Tatiana Filomeno Vaz	Arquiteta	Falsidade ideológica.

23 de Outubro de 2007 - Em razão do indiciamento do prefeito Dário Berger, o juiz Bodnar, encaminha o caso ao TRF-4. O motivo de tal sentença deve-se pelo fato de Dário Berger ter foro privilegiado, em virtude do cargo de prefeito, e desta maneira só poderia ser julgado em uma instância Federal superior.⁸⁹

25 de Outubro de 2007 – A FATMA decide manter nos cargos os 7 servidores, entre eles o diretor de Administração, Jânio Wagner Constante, indiciados pela PF. Dentro dos empreendimentos que os indiciados estariam envolvidos estão o Il Campanario, o Villas do Santinho e o Jardim Rio Vermelho.⁹⁰

29 de Outubro de 2007 – O Jornal Diário Catarinense revela dados que fazem parte do inquérito da PF. De acordo com o Jornal, no inquérito haviam centenas de ligações telefônicas transcritas, mensagens eletrônicas trocadas entre os investigados, informações de sigilos fiscal, bancário, além do pedido da delegada Vergara para o indiciamento das 54 pessoas. Segundo o Jornal, Vergara escreveu que “os 20 funcionários públicos citados no inquérito, inclusive o

⁸⁹ VARGAS, D. **Muito barulho por (quase) nada**. Jornal A Notícia, 04/05/2008. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a1849807.xml&template=4187.dwt&edition=9797§ion=885>>. Acesso em: 26 de Fevereiro de 2012.

⁹⁰ **Servidores devem ficar no cargo**, Jornal A Notícia, 25/10/2007. Disponível em: <<http://www.an.com.br/2007/out/25/0ger.jsp>>. Acesso em: 26 de Fevereiro de 2012.

prefeito, um vereador e quatro secretários municipais de Florianópolis, formavam uma quadrilha de servidores associada para a prática de crimes contra a administração pública e contra o meio ambiente".⁹¹

01 de Julho de 2008 - Câmara de Vereadores de Florianópolis aprova relatório final da CPI da Moeda Verde **sem responsabilizar ninguém**. Participaram da votação o presidente da CPI, Jaime Tonello (DEM), o relator Deglaber Goulart (PMDB), e os vereadores Alexandre Filomeno Fontes (PP), João Aurélio Valente Júnior (PP) e Alceu Nieckarz (PRB), que pediu vistas do processo e preferiu não votar.⁹²

17 de Dezembro de 2008 - Procuradoria da 4ª Região emiti parecer, no qual sugere ao TRF-4 que encaminhe uma cópia do inquérito para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), ao MPF de SC e à Vara Federal Ambiental de Florianópolis. De acordo com os procuradores, há crimes que são de competência da Justiça Estadual e outros da Justiça Federal. Segundo os procuradores da República cabe ao TJ/SC avaliar as acusações feitas pela PF contra o prefeito Dário Berger.⁹³

15 de Dezembro de 2011 - TRF-4, depois de mais de 4 anos, decide enviar inquérito da Moeda Verde para Brasília, dizendo que aguardará um parecer do Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, acerca da competência para julgamento do caso – se da Justiça Estadual ou Federal, e se acata ou não o indiciamento contra o prefeito Dário Berger.⁹⁴

O TRF-4, anteriormente, já havia explicado que a demora para um pronunciamento, devia-se ao elevado número de indiciados e de incidentes (iniciativas ou tentativas dos advogados dos indiciados para reaver bens apreendidos na investigação) e também por tentativas de afastamento do juiz da causa.⁹⁵ De acordo com TRF-4, em Março desse ano sairá o acórdão da decisão de Dezembro indo então para Brasília para o procurador dar seu parecer.

⁹¹ CAVALLAZZI, J; PEREIRA, F e VARGAS, D. **O relatório final da Operação Moeda Verde**. Jornal Diário Catarinense, 29/10/2007. Disponível em:

<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=indiciados+moeda+verde&source=web&cd=8&ved=0CFkQFjAH&url=http%3A%2F%2Fwww.ecoeacao.com.br%2Findex2.php%3Foption%3Dcom_content%26do_pdf%3D1%26id%3D4948&ei=qMdKT4nTC8qJtweYnqDvAg&usg=AFQjCNEi6clbLlaKTgs2sK0RTxYMOiQ0Pg&sig2=AXP7RuTHBldOTOo8cmx4Cg&cad=rja>. Acesso em: 26 de Fevereiro de 2012.

⁹² **Câmara de Florianópolis aprova relatório final da CPI da Moeda Verde sem responsabilizar ninguém**. Jornal Diário Catarinense, 01/07/2008. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2008/07/camara-de-florianopolis-aprova-relatorio-final-da-cpi-da-moeda-verde-sem-responsabilizar-ninguem-2014197.html>>. Acesso em: 26 de Fevereiro de 2012.

⁹³ CAVALLAZZI, J. **Justiça decide sobre Operação Moeda Verde**. Diário Catarinense, 18/12/2008. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2008/12/justica-decide-sobre-operacao-moeda-verde-2338145.html>>. Acesso em: 27 de Fevereiro de 2012

⁹⁴ PEREIRA, M. **Inquérito Moeda Verde vai para Brasília**. Diário Catarinense, 15/12/2011. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/moacirpereira/2011/12/15/inquerito-moeda-verde-vai-para-brasil>>. Acesso em 26 de Fevereiro de 2012.

⁹⁵ VARGAS, D. **Quatro anos depois do escândalo, inquérito da Moeda Verde está parado na Justiça**. Diário Catarinense, 17/07/2011. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2011/07/quatro-anos-depois-do-escandalo-inquerito-da-moeda-verde-esta-parado-na-justica-3395849.html>>. Acesso em: 26 de Fevereiro de 2012.

A expectativa é que o pronunciamento de Gurgel ocorra em Maio próximo.⁹⁶ O processo corre em segredo de Justiça.

A lei de incentivo à hotelaria (publicada em abril de 2007 sob o número 270/07), de iniciativa do prefeito Dário Berger e que concedia abatimentos de até 50% do IPTU e até 50% no ISS, foi alvo das investigações da Moeda Verde. Nas gravações telefônicas, realizadas em Dezembro de 2006, Berger discute a lei com um interlocutor e diz que "gostaria de atender" ao empresário Fernando Marcondes de Mattos.⁹⁷ Atualmente, a lei está em vigor porque a Justiça a considerou legal.⁹⁸

Desta maneira o único resultado prático da Moeda Verde, até agora, foi a cassação dos mandatos dos vereadores Juarez Silveira e Marcílio Ávila. Os dois viriam mais tarde a recuperar os mandatos pela Justiça. Juarez reassumiu mas Marcílio ao ser reintegrado, de imediato, renunciou ao cargo, para que desta maneira pudessese livrar de uma possível suspensão de seus direitos políticos. A 1ª Câmara de Direito Público do TJ, posteriormente, anulou o processo que reconduziu Marcílio à Câmara de Vereadores de Florianópolis.⁹⁹

4.3 Desdobramentos Do Caso Na Percepção Da População Estudantil Da UFSC

4.3.1 Metodologia da Pesquisa

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, compreende 11 Centros de Ensino, totalizando 20225 estudantes de Graduação (CCA - 161; CCB - 501; CCE – 2176; CCJ - 862; CCS - 2331; CDS - 493; CED - 881; CFH - 2135; CFM - 1120; CSE - 3278; CTC – 5287),¹⁰⁰ modalidade presencial (Figura 15).

⁹⁶ ALCEU, P. **Coluna**. Ndonline, 16/12/2011. Disponível em: <<http://www.ndonline.com.br/florianopolis/colunas/paulo-alceu/21941-celesc-da-a-volta-por-cima.html>>. Acesso em: 26 de Fevereiro de 2012.

⁹⁷ Tortato, M. **Setor hoteleiro aceita revogar lei suspeita do prefeito de Florianópolis**. Agência Folha, 11/07/2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u310902.shtml>>. Acesso em: 27 de Fevereiro de 2007.

⁹⁸ **Lei polêmica está em vigor**. Jornal A Notícia, 17/07/2011. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default2.jsp?uf=2&local=18&source=a3394611.xml&template=4187.dwt&editio n=17547§ion=2000>>. Acesso em: 26 de Fevereiro de 2012.

⁹⁹ **TJ anula processo que reconduziu Marcílio Ávila à Câmara de Vereadores**. Poder Judiciário de Santa Catarina, 29/03/2010. Disponível em: <<http://tj-sc.jusbrasil.com.br/noticias/2135889/tj-anula-processo-que-reconduziu-marcilio-avila-a-camara-de-vereadores>>. Acesso em: 27 de Fevereiro de 2012.

¹⁰⁰ Dados fornecidos pela PREG (Pró-Reitoria de Ensino e Graduação), da UFSC.

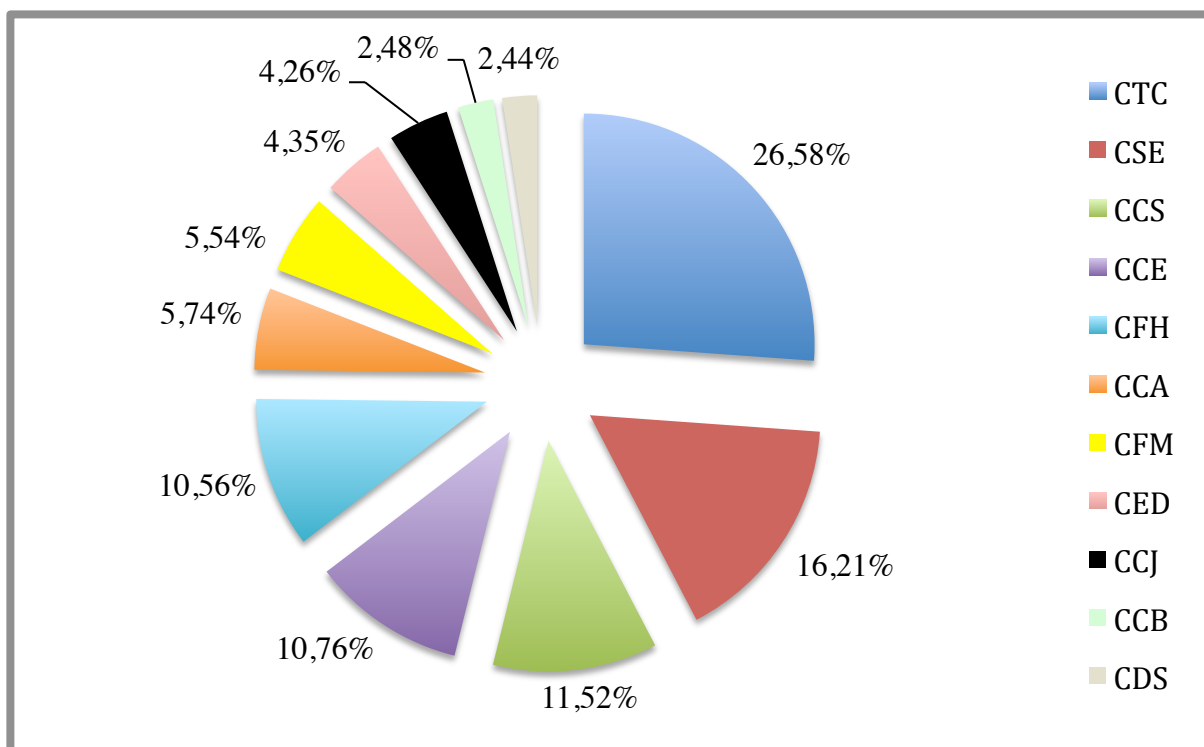


Figura 15. Distribuição dos Alunos de Graduação, por Centro de Ensino, da UFSC.

Por se tratar de uma comunidade relativamente grande ($N=20225$), realizou-se uma amostragem dos alunos. Para tanto escolheu-se um n amostral que tivesse um índice de confiabilidade de 95% e um erro amostral de 5%, para mais ou para menos. O n obtido foi de 380. Para o tamanho da amostra (n amostral), escolheu-se uma amostra que apresentasse um índice de confiabilidade de 95% e um erro amostral de 5%, para mais ou para menos, em relação ao universo total de estudantes.

Todos os questionários foram aplicados, presencialmente, nas dependências no *Campus* da UFSC Reitor João David Ferreira Lima João, na cidade de Florianópolis, do dia 01 de Novembro 2011 até 15 de Dezembro de 2011 (Figura 16).

A abordagem dos entrevistados foi feita de modo aleatório, sendo utilizado como critério a disponibilidade do aluno em conceder a entrevista. Inicialmente os objetivos da pesquisa eram explicados, solicitando a colaboração voluntária do(a) estudante. Uma vez que o(a) mesmo(a) aceitava participar da pesquisa, assinava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 02) e dava-se início à entrevista. O participante poderia desistir, posteriormente, mediante ligação e/ou comunicação eletrônica, sendo permitida a ligação a cobrar. A realização desta pesquisa foi autorizada pelo comitê de ética da UFSC, esta sendo condição obrigatória para a realização.

Os dados obtidos através dos questionários foram, primeiramente, transcritos e armazenados, no computador pessoal do pesquisador graduando, em um banco de dados do programa Microsoft Excel. Posteriormente, foi realizada a análise estatística dos dados, avaliando-se de modo qualitativo e quantitativo os resultados obtidos.

Foi definido como Mídia Imparcial, aquela onde os diversos discursos concorrem em igualdade de condições de convencimento. Já a Mídia Parcial, é quando essa realiza favorecimento de determinado discurso em detrimento de outro, não havendo igualdade de condições de convencimento. Já a Mídia Sensacionalista foi definida como aquela marcada pelo exagero, pelo apelo a reações mais baseadas na emoção do que na razão, e a simplificação de polêmicas.

O dia 03 de Maio de 2007, dia da deflagração do caso, foi chamado nos resultados de “Dia D”.



Figura 16. Campus da UFSC em Florianópolis. Foto: UFSC

4.3.2 Resultados dos Questionários

Os questionários foram realizados com 215 mulheres e 165 homens, totalizando 380 estudantes (Figura 17).

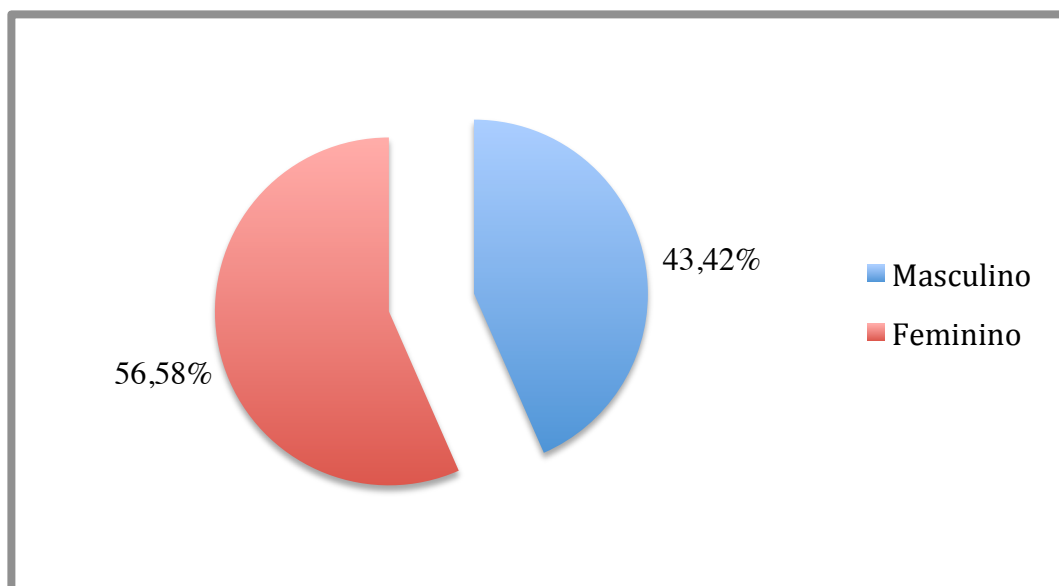


Figura 17. Distribuição, por gênero, dos alunos entrevistados.

No total foram amostrados 46 Cursos de Graduação, sendo que todos os 11 Centros de Ensino foram representados (Tabela 3).

Tabela 3. Número total de cursos amostrados a partir dos questionários.

Nome do Curso	Número de alunos entrevistados	Centro do Curso
Biologia	33	CCB
Química	26	CFM
Farmácia	17	CCS
Odontologia	17	CCS
Fonoaudiologia	16	CCS
Administração	15	CSE
Engenharia Civil	14	CTC
Engenharia de Alimentos	14	CTC
Engenharia Sanitária Ambiental	13	CTC
Relações Internacionais	12	CSE
Psicologia	12	CFH
Direito	11	CCJ
Engenharia Química	11	CTC
Economia	10	CSE
Agronomia	09	CCA
Engenharia Mecânica	09	CTC
Física	09	CFM
Ciências Contábeis	08	CSE
Jornalismo	08	CCE

Educação Física	06	CDS
Serviço Social	06	CSE
Ciências da Computação	06	CTC
Engenharia Elétrica	06	CTC
Engenharia de Materiais	06	CTC
Sistemas de Informação	06	CTC
Ciências Sociais	06	CFH
História	06	CFH
Letras Português	06	CCE
Pedagogia	05	CED
Geografia	05	CFH
Design	05	CCE
Oceanografia	05	CFH
Arquitetura	05	CTC
Engenharia de Produção Elétrica	05	CTC
Biblioteconomia	04	CED
Ciência e Tecnologia Agroalimentar	04	CCA
Secretariado Executivo	04	CCE
Letras Inglês	04	CCE
Enfermagem	03	CCS
Engenharia de Produção Civil	03	CTC
Engenharia de Produção Mecânica	03	CTC
Engenharia de Automação	03	CTC
Letras Italiano	03	CCE
Matemática	02	CFM
Medicina	01	CCS
Educação do Campo	01	CED

O Centro Tecnológico (CTC), foi o Centro com o maior número de entrevistados, 101, seguido do Centro de Ciências da Saúde (CCS), com 54. O Centro de Educação (CED), com 10, e o Centro de Desportos (CDS), 06, tiveram os menores números de entrevistados (Figura 18).

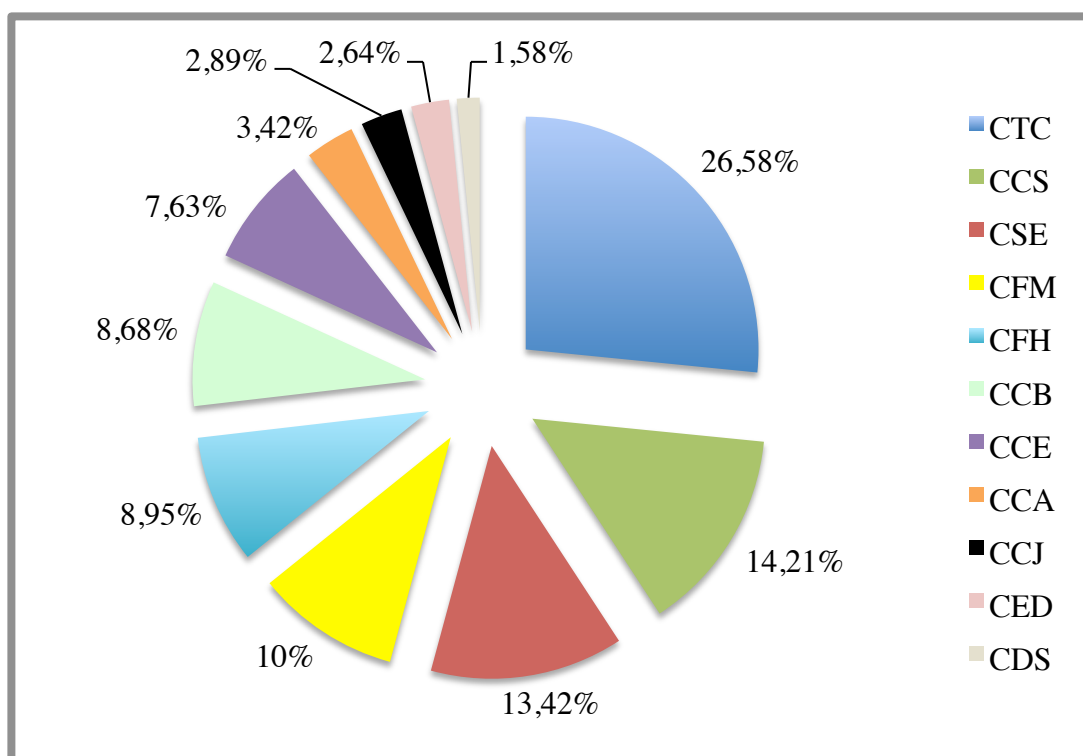


Figura 18. Distribuição dos entrevistados por Centro de Ensino.

Do total de entrevistados, um pouco mais da metade, 210 (55,26%) já ouviram falar da Moeda Verde, sendo que 127 (33,42%), sabem realmente o que é, e 83 (21,84%), lembram só do nome. Já o restante, 170 (44,74%), nunca escutaram o nome da operação (Figura 19).

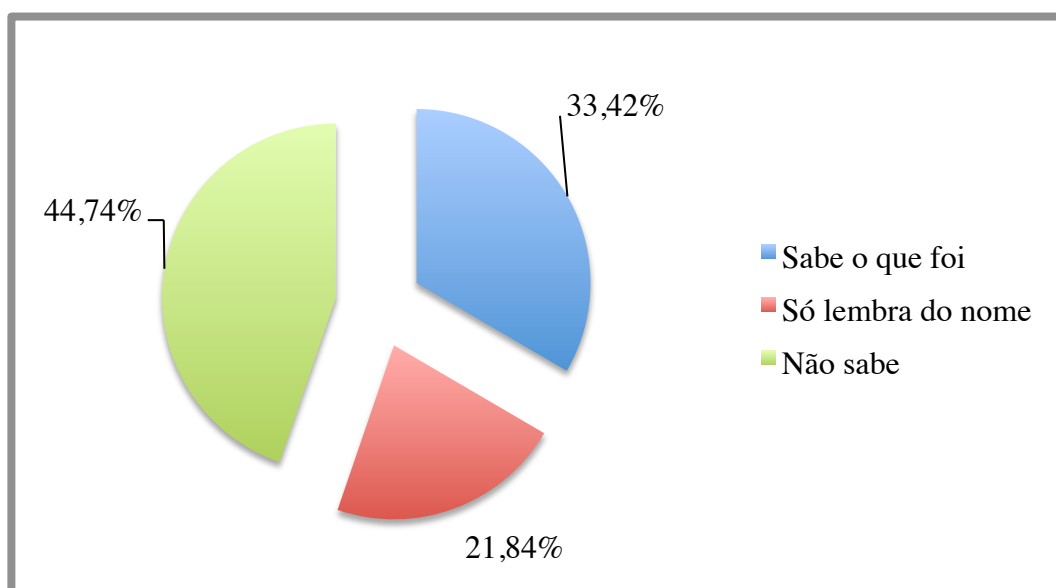


Figura 19. Nível de conhecimento dos entrevistados sobre a Moeda Verde.

No “Dia D”, moravam na Grande Florianópolis 177 (46,58%), entrevistados. A maioria da amostra, 203 (53,42%) morava fora da Grande Florianópolis, sendo que 118 (31,05%) moravam em Santa Catarina (SC), e 85 (22,37%), moravam fora de SC (Figura 20).

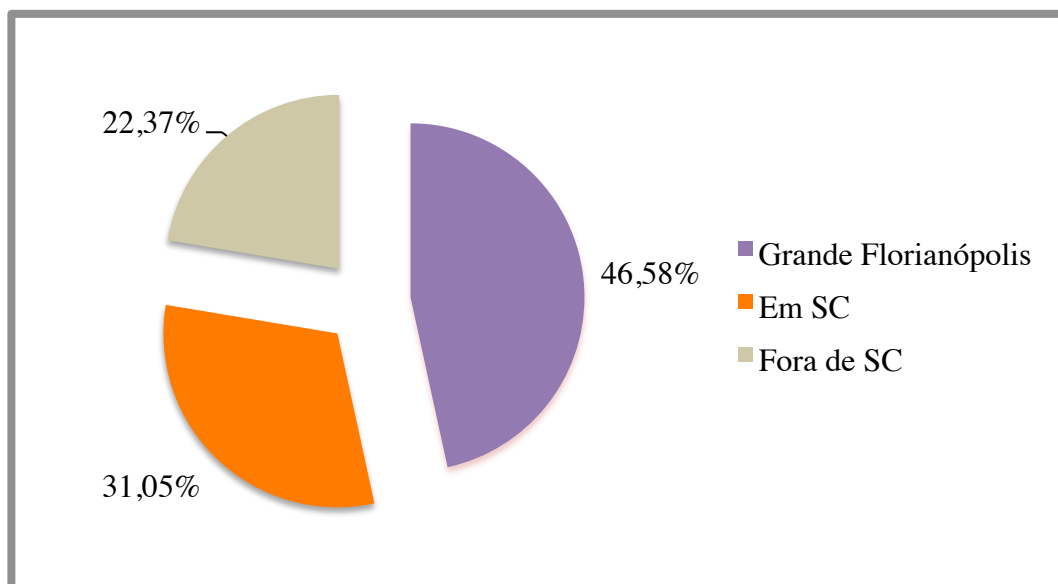


Figura 20. Local de Moradia dos entrevistados no “Dia D”.

Dos 177 entrevistados que moravam na Grande Florianópolis no “Dia D”, houve um predomínio, 110 (62,15%), daqueles que, realmente sabiam o que é a Moeda Verde. Do restante, 54 (30,51%), só lembram do nome, e 13 (7,34%), não sabiam nada em relação ao caso (Figura 21).

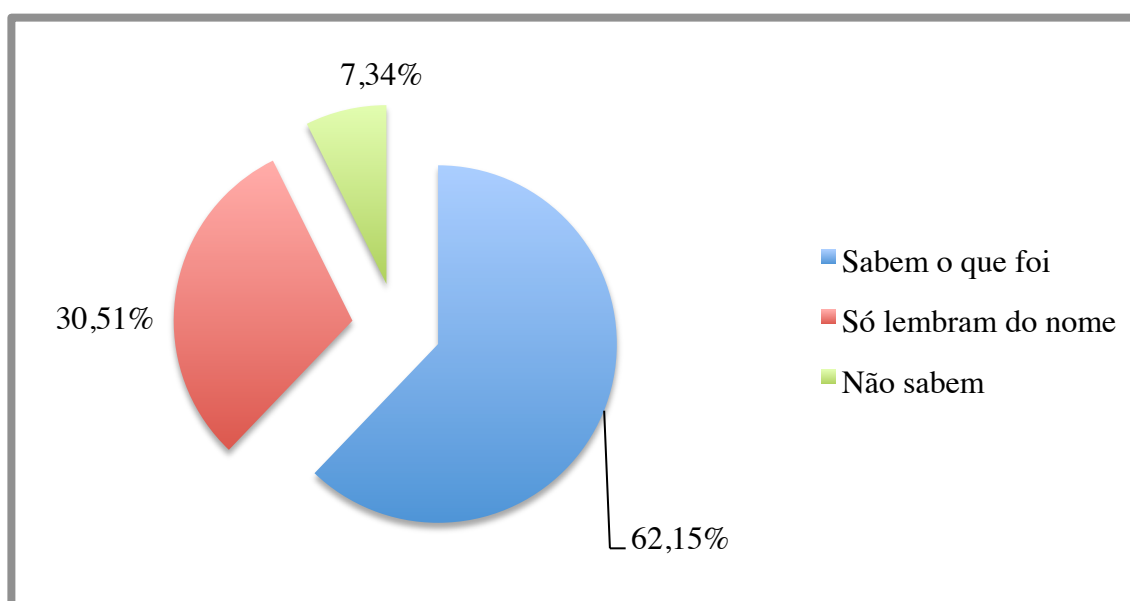


Figura 21. Nível de conhecimento sobre a Moeda Verde dos entrevistados que moravam na Grande Florianópolis no “Dia D”.

Dos 118 entrevistados que moravam em SC no “Dia D”, houve um predomínio, 83 (70,34%), daqueles que nunca haviam escutado sobre a Moeda Verde. Do restante, 22 (18,64%), só lembravam do nome, e somente 13 (11,02%), sabiam de fato o que havia sido a Moeda Verde (Figura 22).

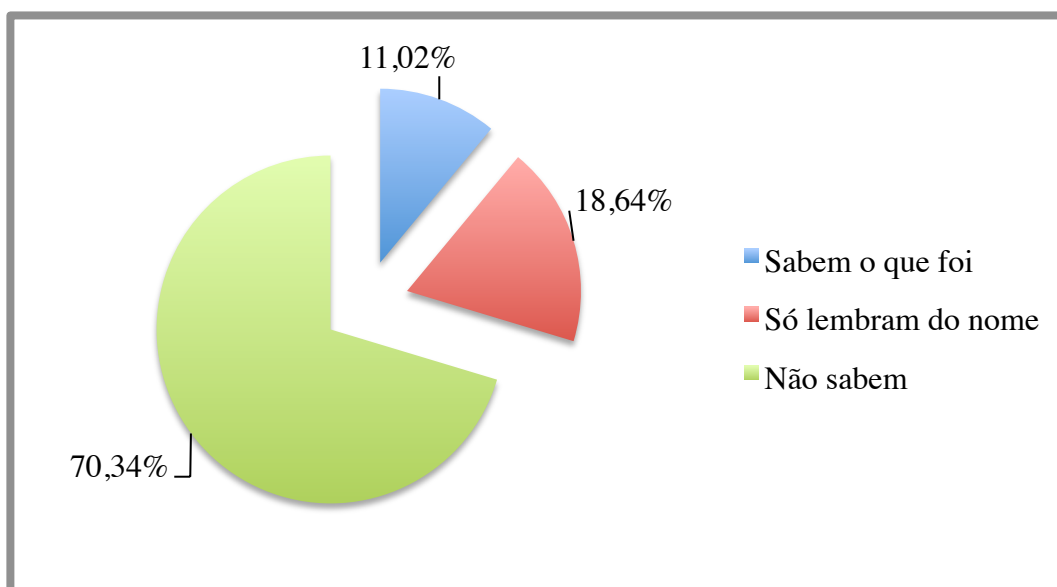


Figura 22. Nível de conhecimento sobre a Moeda Verde dos entrevistados que moravam em SC no “Dia D”.

Dos 85 entrevistados que não moravam em SC no “Dia D”, houve um grande predomínio daqueles que nunca haviam escutado o nome da Moeda Verde, 74 (87,06%), seguido dos que só lembravam do nome, 7 (8,26%), e por último do grupo que sabia, realmente, o que é a Moeda Verde, 4 (4,68%), (Figura 23).

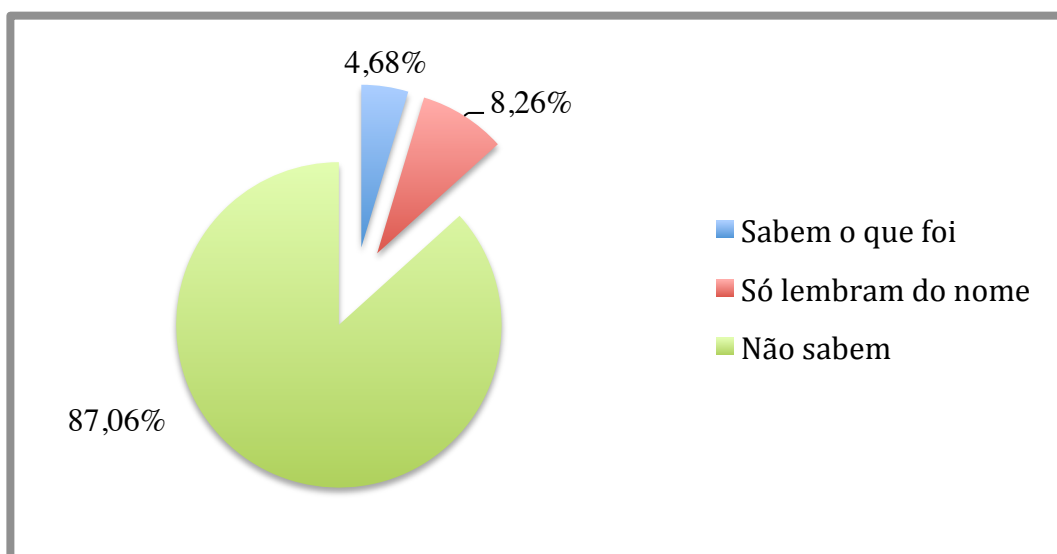


Figura 23. Nível de conhecimento sobre a Moeda Verde dos entrevistados que moravam fora de SC no “Dia D”.

Analizou-se, também, o conhecimento dos entrevistados que responderam que realmente sabiam sobre o que se tratava a Moeda Verde. A partir das 168 respostas citadas, pelos 127 entrevistados, obteve-se média de 1,32 resposta por pessoa. Com 65 citações, a resposta “Construção em local inadequado”, foi a mais citada, representando 38,69% do total de citações. A segunda resposta mais citada foi “Venda e compra de licenças ambientais”, com 40 citações (Figura 24), representando 23,81% (Figura 25), do total de citações.

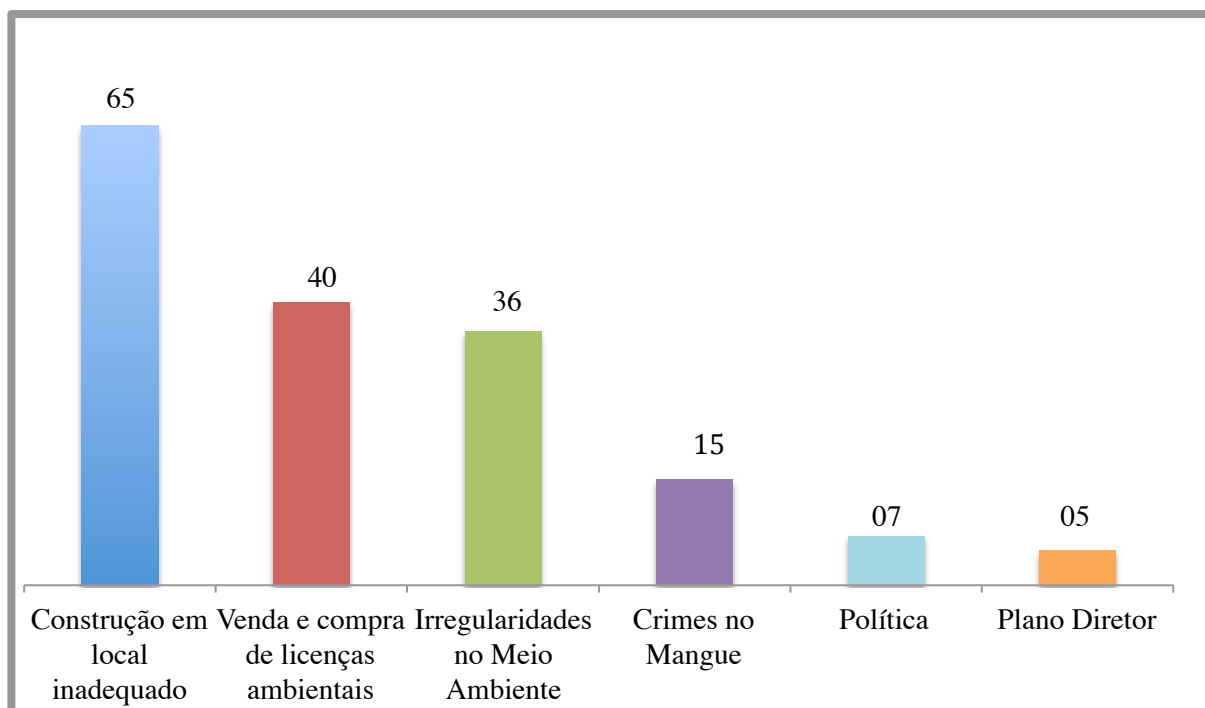


Figura 24. Números absolutos sobre a percepção a respeito da Moeda Verde.

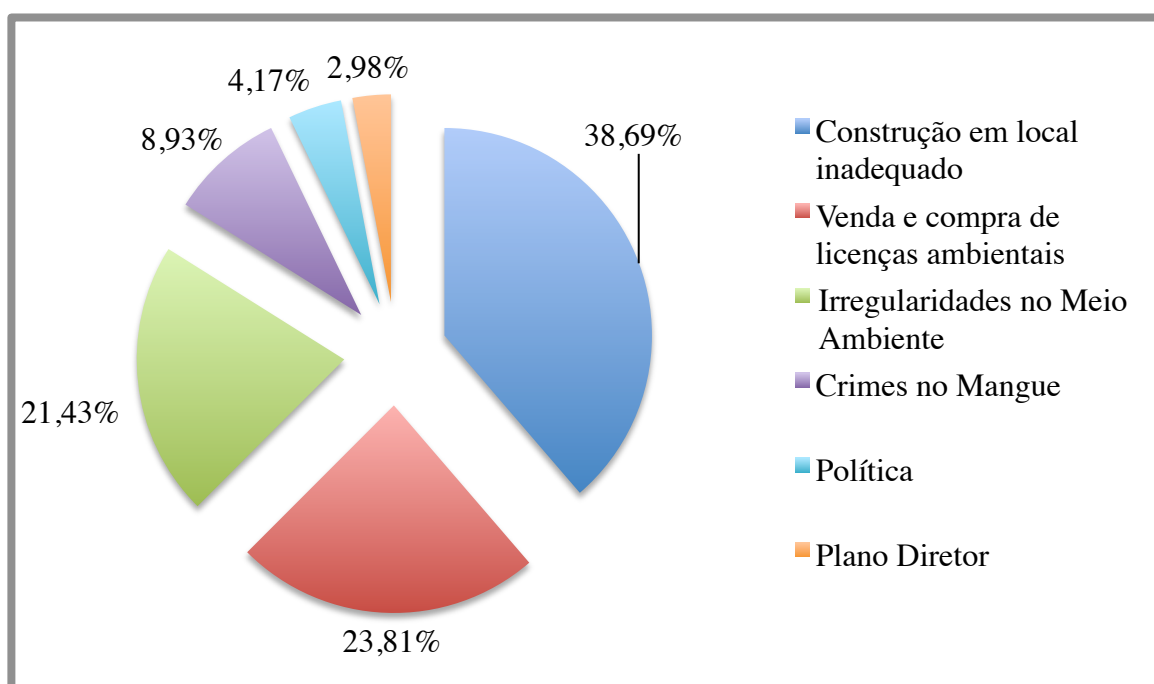


Figura 25. Distribuição da percepção a respeito da Moeda Verde

Quando questionados sobre os nomes de empreendimentos ou de envolvidos no caso, os estudantes citaram 29 nomes. O nome mais citado foi o Shopping Iguatemi, 97 vezes, e em segundo lugar o do Prefeito Dário Berger, 48 vezes (Tabela 4). No total foram 278 citações, o que representou uma média de 2,19 citações por entrevistado.

Tabela 4. Nomes lembrados sobre a Moeda Verde.

Nome citado	Número de vezes citado	Porcentagem do total de citações
Iguatemi	97	34,89
Prefeito Dário Berger	48	17,27
Marcondes de Matos	34	12,23
Floripa Shopping	18	6,47
Políticos	14	5,04
Percy-Colégio Energia Jurerê	11	3,96
FATMA	08	2,88
Empresários	08	2,88
Vereadores	07	2,52
Ibama	05	1,8
Santa Fé	03	1,08
Habitasul	03	1,08
Costão Golf	03	1,08
Julia Vergara	02	0,72
FLORAM	02	0,72
Juarez Silveira	02	0,72
Il Campanario Village Hotel	01	0,36
Construtora Magno Martins	01	0,36
Marcílio Ávila	01	0,36
Carlos Amashta	01	0,36
Construtora Junckes	01	0,36
Ana Lúcia Hartmann	01	0,36
Vilas do Santinho	01	0,36
Família Kuerten	01	0,36
Walmor Moreira	01	0,36
Zenildo Bodnar	01	0,36
Ildo Rosa	01	0,36
Vilas do Santinho	01	0,36
Ângela Albino	01	0,36

A respeito da importância da Moeda Verde para a implementação do Direito Ambiental, 117 entrevistados, 92,13%, responderam que a Moeda Verde havia sido importante. Para 6 (4,72%), ela não havia sido importante, e 4 entrevistados (3,15%), não souberam avaliar (Figura 26).

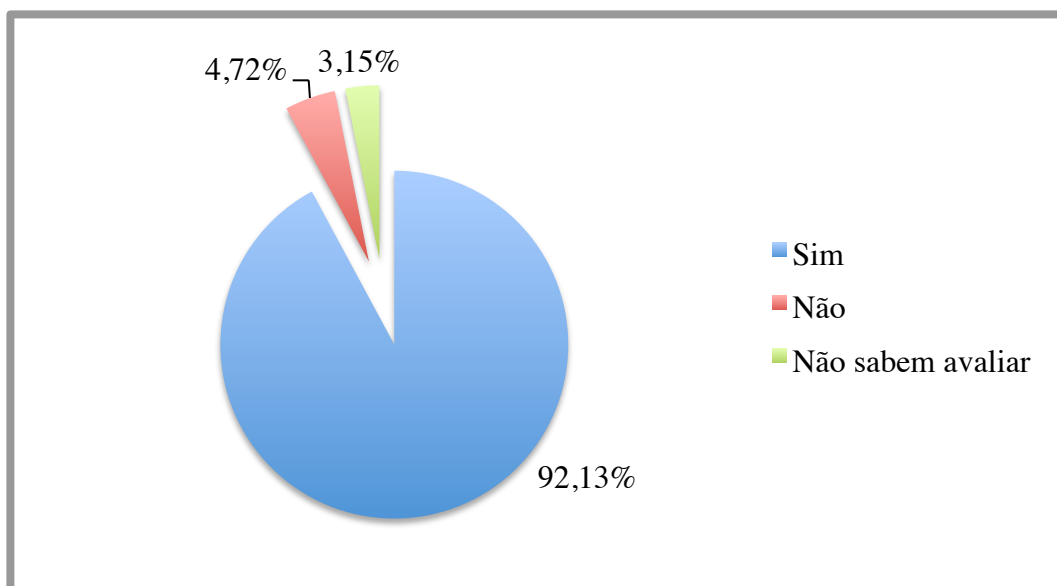


Figura 26. Avaliação sobre a importância da Moeda Verde para o Direito Ambiental.

Os alunos que responderam que a Moeda Verde foi importante para o Direito Ambiental, citaram como motivos para tal julgamento:

- Visibilidade e discussão do tema;
- Mobilização da sociedade;
- Mostrou como as empresas e os fiscais estão tratando o meio ambiente;
- Informou a população sobre a situação;
- Aumento da consciência ambiental;
- Mostrou que tem gente preocupada com a questão ambiental na ilha;
- Repercussão na mídia;
- Exposição das irregularidades;
- Confiabilidade nos órgãos públicos;
- Aplicação prática do direito ambiental;
- Fortalecimento do marketing ambiental.

Os alunos que responderam que a Moeda Verde não foi importante para o Direito Ambiental, citaram como motivos para tal julgamento:

- Nada mudou depois da operação;
- A impunidade dos indiciados desfortaleceu o Direito Ambiental.

Dos entrevistados que sabiam o que era Moeda Verde, 94 (74,01%), avaliaram que não houve melhora em relação a proteção do Meio Ambiente em Florianópolis depois da Moeda

Verde. No entanto, 21 (16,54%), julgaram que houve sim melhora e o restante, 12 (9,45%), não souberam avaliar (Figura 27).

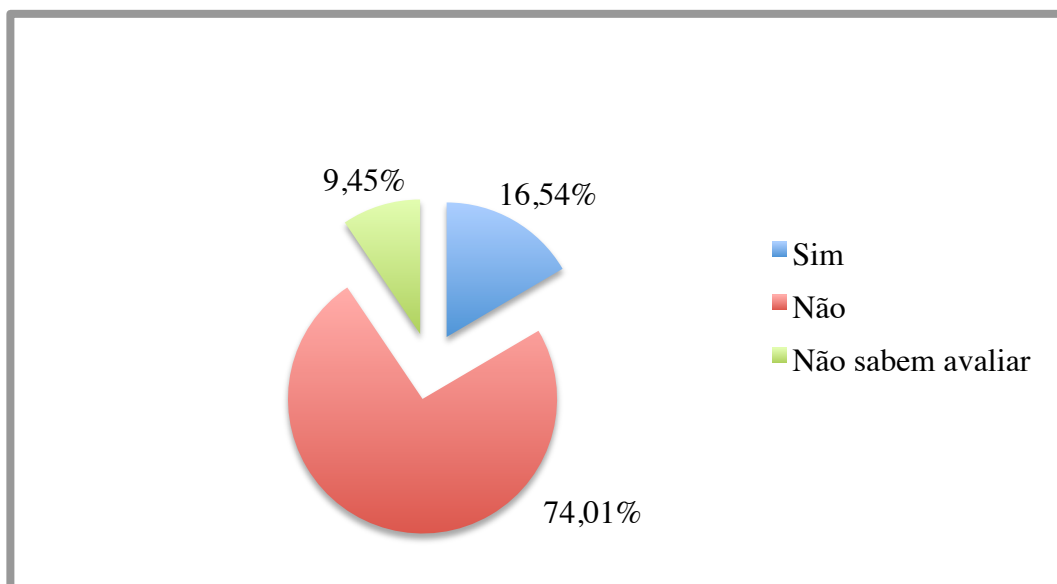


Figura 27. Avaliação sobre a melhora da proteção do Meio Ambiente em Florianópolis depois da Moeda Verde.

Dentre os motivos citados para a não melhora, estão:

- Poderia ter sido exemplo, mas só mostrou a impunidade dos acusados ;
- Projetos ainda são aprovados em área de preservação;
- Colocou medo só na época depois não. Quem tem dinheiro fica livre;
- Continuou a mesma coisa, se melhorou não é divulgado;
- Novo Plano Diretor proposto que loteou toda a ilha.

Os entrevistados que julgaram que houve melhora na proteção do meio ambiente, depois da Moeda Verde, expuseram como motivos de tal julgamento:

- Conscientização da população da existência dos Crimes Ambientais;
- Maior quantidade de fiscalização, e mais rigorosa;
- O agregamento e fortalecimento do movimento ambientalista;
- A não realização do estaleiro da OSX;
- Empresários e investidores ficaram mais temerosos;
- Maior transparência;
- Mais visibilidade para a problemática ambiental.

Questionou-se para os entrevistados, se a Moeda Verde havia modificado a maneira como eles olham (consciência ambiental), para o Meio Ambiente. Mais de três quartos dos entrevistados, 99 (77,95%), responderam que não ocorreu modificação. Já o restante, 28 (22,05%), respondeu que sim (Figura 28).

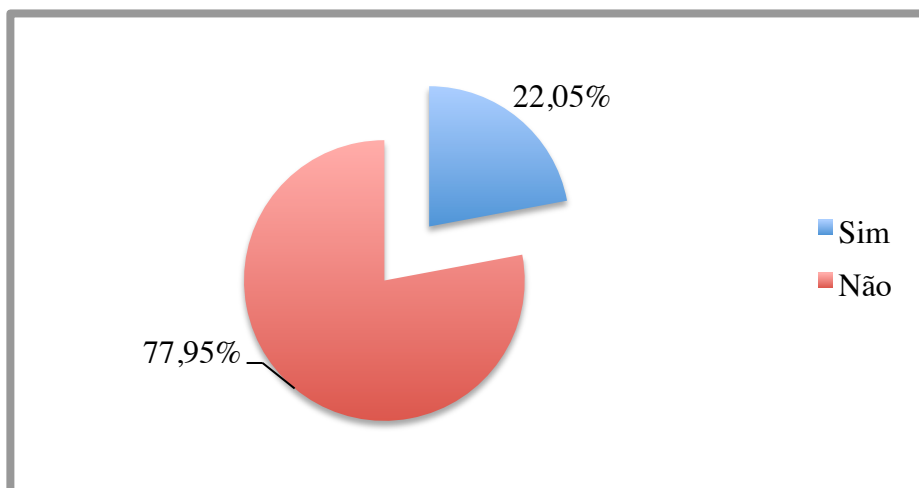


Figura 28. Modificação da consciência ambiental depois da Moeda Verde.

Dentre os motivos citados por aqueles que responderam sim, estão:

- Questionar se uma obra pode ser construída naquele local;
- Se o poder público fizer pode haver transformação;
- Pensou sobre o Shopping do Continente que acaba de ser construído;
- Pensa no impacto da obra, que tipo de emprego irá gerar no entorno;
- Viu que as empresas influenciam muito o Meio Ambiente;
- Ficou mais crítica, desconfia mais;
- Aspectos legais em relação ao Meio Ambiente;
- Pensa sobre fauna, flora e saneamento;
- Em relação ao modo de como ocorre a fiscalização ambiental;
- O modo pelo qual a mídia divulga os fatos;
- Pensa: Quando vê uma construção bonita na praia é “Moeda Verde”;
- Chamou mais atenção ao meio ambiente;
- Conhecer os impactos referentes à uma construção;
- Ficou mais revoltado, viu que não existe a preservação que é divulgado pela mídia;
- Em relação da questão da construção próximas aos rios;
- Aprendizado sobre o que se pode fazer ou não;
- Conhecer as estratégias para burlar as leis ambientais.

Para aqueles que responderam não, só existiu um único motivo para tal resposta:

- Já olhavam bastante para o Meio Ambiente.

Em relação à participação da Polícia Federal no caso, 59 (46,46%), entrevistados, responderam que foi Adequada. Já 58 (45,67%), entrevistados, não souberam avaliar a participação. O restante, 10 (7,87%), julgou Inadequada (Figura 29).

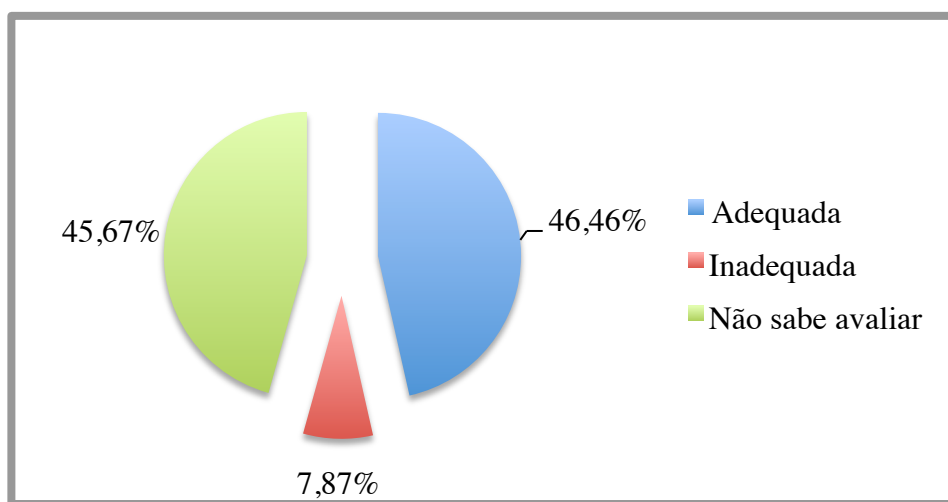


Figura 29. Avaliação da participação da Polícia Federal na Moeda Verde.

Como motivos citados para atuação Adequada, estão:

- Fundamental
- Excelente
- Importante
- Apreensões corretas

Como motivos citados para atuação Inadequada, estão:

- Insuficiente
- Prisões desnecessárias
- Deveria ter investigado mais
- Ação ineficaz

Em relação à participação do Ministério Público Federal no caso, 68 (53,54%), entrevistados, responderam que foi adequada. Já, 48 (37,80%), entrevistados, não souberam avaliar a participação. O restante, 11 (8,66%), julgou Inadequada (Figura 30).

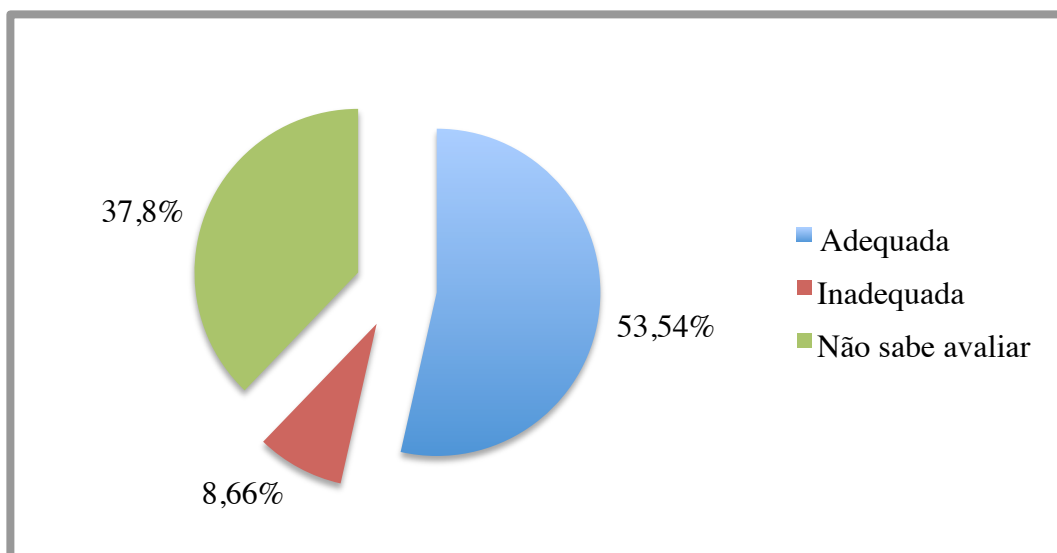


Figura 30. Avaliação da participação do Ministério Público Federal na Moeda Verde.

Como motivos citados para atuação Adequada, estão:

- Importante para o interesse público;
- Excelente;
- Fundamental.

Como motivos citados para atuação Inadequada, estão:

- Sem resultado positivo nas ações;
- Só quis aparecer.

Em relação à participação da Justiça Federal no caso, 73 (57,48%), entrevistados, responderam que foi Inadequada. Já, 53 (41,73%), entrevistados, não souberam avaliar a participação. E para 1 entrevistado, (0,79%), somente, a atuação foi Adequada (Figura 31).

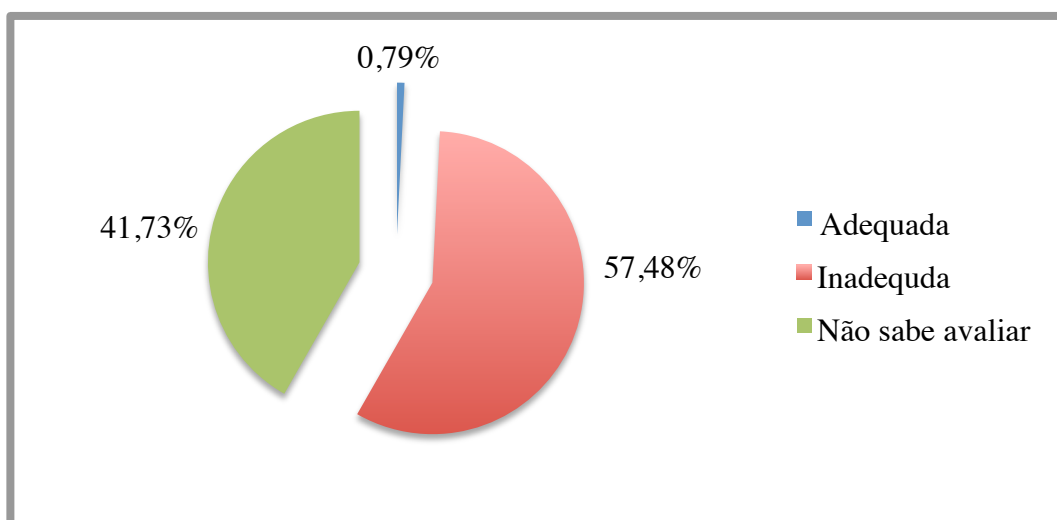


Figura 31. Avaliação da participação da Justiça Federal na Moeda Verde.

Como motivo citado para atuação Adequada, está:

- Fez sua função.

Como motivos citados para atuação Inadequada, estão:

- Ninguém foi punido;
- Omissa;
- Quem tem dinheiro é solto.

Em relação à atuação da Mídia no caso, esta foi classificada por 46 entrevistados, 36,21%, como parcial e sensacionalista. Do restante, 31 (24,41%), classificaram como sensacionalista; 28 (22,05%), consideraram parcial; 4 (3,15%), como Imparcial (Isenta); e 18 (14,17%), não souberam avaliar (Figura 32).

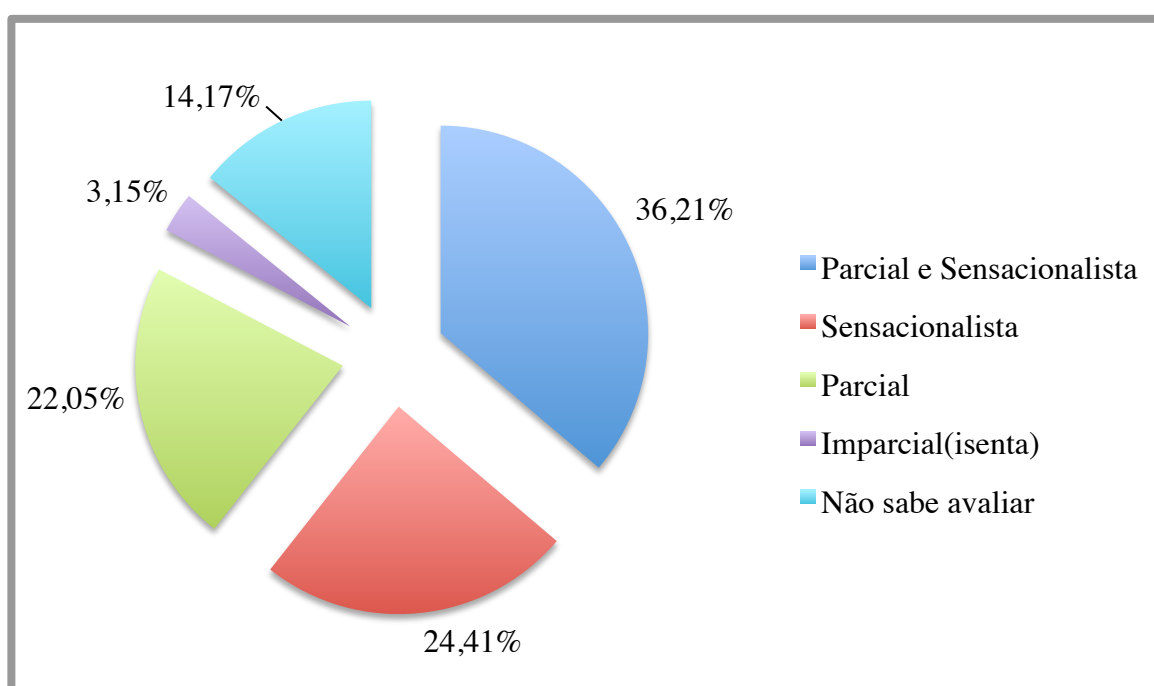


Figura 32. Avaliação da atuação da Mídia na cobertura da Moeda Verde.

Dentre os motivos citados pelos entrevistados estão:

- Não teve continuação da cobertura;
- Nem todos os envolvidos apareceram;
- Defendeu o lado do prefeito Dário Berger;
- Agiu de acordo com seus interesses;
- Não esclareceu bem o que ocorreu só falou que foi compra de licenças;
- Cacau Menezes defendeu o Iguatemi, porém não falou das questões ambientais e sociais;

- Defendeu o lado empresarial;
- RBS opressora;
- Não temos nem direita nem esquerda. Não estão nem aí para o Meio Ambiente.
- Exposição inicial e depois abafamento do caso

Também avaliou-se atuação da Mídia em relação a cobertura dos Crimes Ambientais a nível Nacional. Neste grupo foram questionados todos os alunos, independentemente se sabiam ou não sobre a Moeda Verde. Para 244 (64,21%), a cobertura ocorre de modo Parcial. Do restante: 116 (30,53%), consideraram como Parcial e Sensacionalista; 11 (2,89%), como Sensacionalista.; 5 (1,32%), como Imparcial (isenta); e 4 (1,05%), não souberam avaliar (Figura 33).

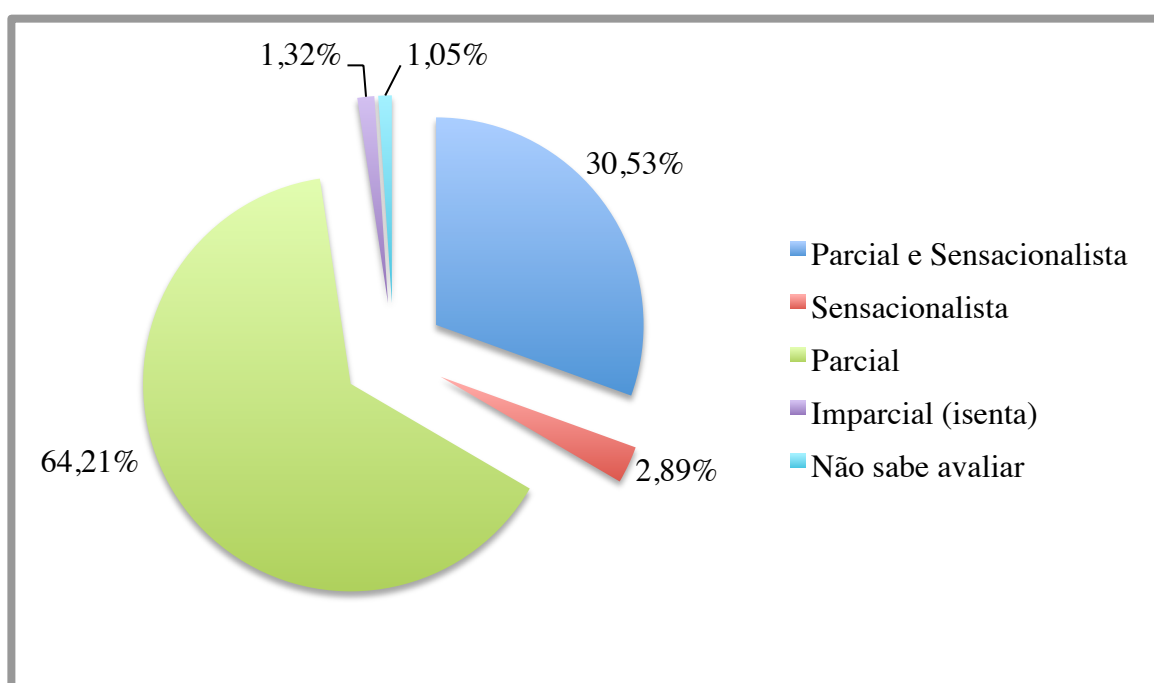


Figura 33. Avaliação da atuação da Mídia na cobertura dos Crimes Ambientais do Brasil.

- Dentre os motivos citados pelos entrevistados estão:
 - É omissa quando envolve grandes nomes particulares e governo;
 - Dependendo dos interesses tem um tipo de cobertura;
 - Gerar lucro, esquecimento dos crimes;
 - Visa só o bem financeiro;
 - Tendenciosa, direciona a informação;
 - Permissiva;
 - Faz muito por pouco, mas quando precisa não faz;
 - Não faz prevenção dos crimes;
 - Informa sem ações;

- Manipuladora;
- Beneficiar grupos em virtude do interesse econômico
- Decepcionante;
- Bastidores não são avaliados;
- Péssima;
- Inadequada;
- Existe conflito de interesse;
- Salve os animais em extinção não fala de outros crimes.

Quando questionados à respeito da situação, atual, do processo judicial da Moeda, incrivelmente, ninguém soube responder (Figura 34).

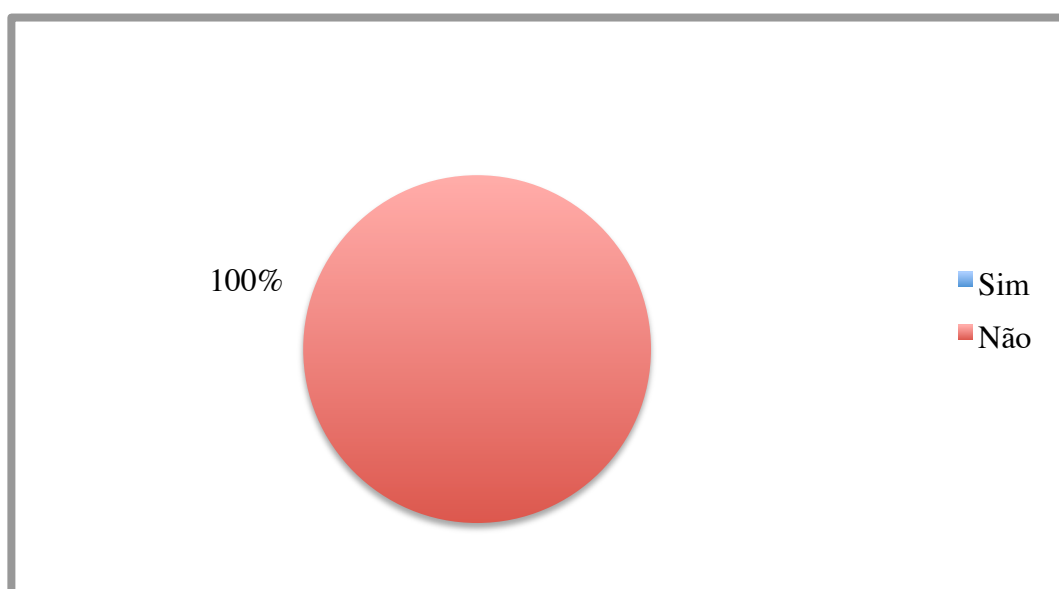


Figura 34. Nível de conhecimento sobre a atual situação do processo judicial da Moeda Verde.

Mesmo inexistindo o conhecimento da situação atual processo, duas pessoas (1,57%), responderam, com convicção, que ninguém havia sido condenado, os 125 restantes, 98,43%, não sabiam (Figura 35).

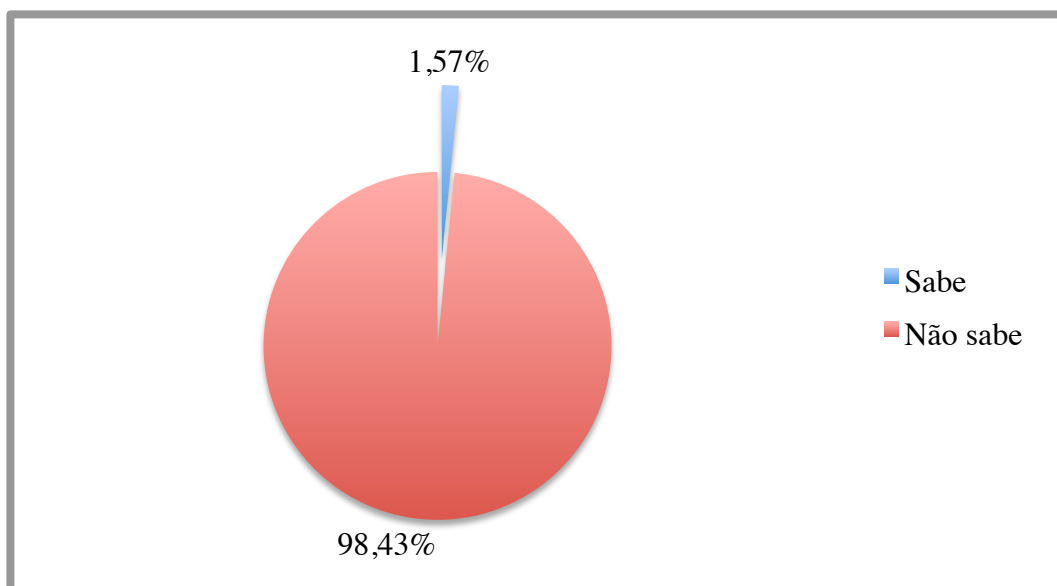


Figura 35. Nível de conhecimento sobre a situação legal dos indiciados.

Dos 125 que responderam que não sabiam sobre a atuação situação do processo, a maioria, 109 (87,2%), disseram que achavam que ninguém havia sido condenado, o restante achava que sim (Figura 36).

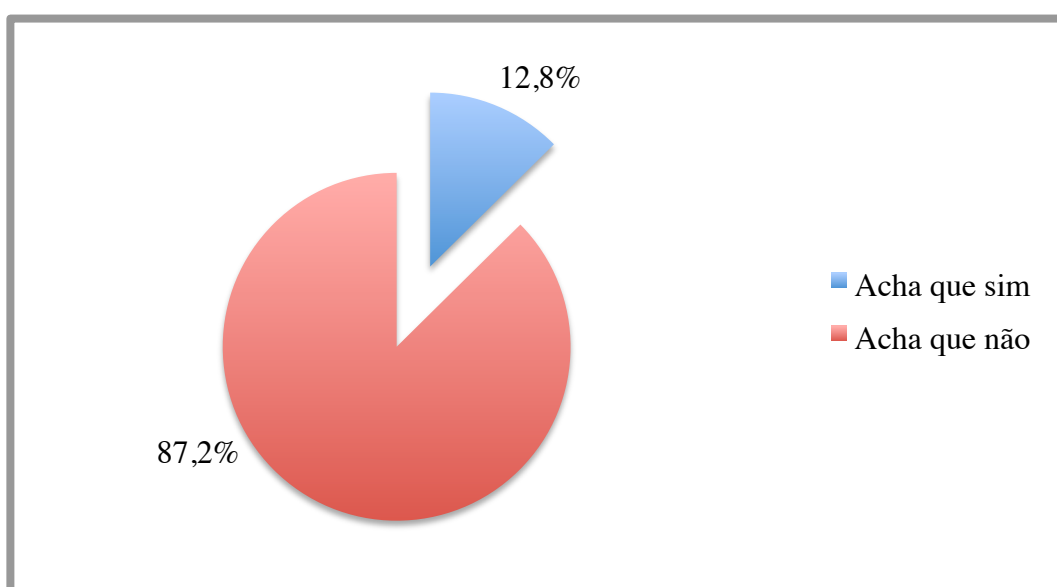


Figura 36. Existência de uma possível condenação dos indiciados.

Os motivos citados por aqueles que julgaram que ninguém havia sido condenado, são:

- Ineficiência do Judiciário;
- Quem tem dinheiro não é criminalizado;
- Se alguém tivesse sido teria tido mais notícias sobre o caso na mídia.

7. CONCLUSÃO

Para o pleno desenvolvimento do ser humano é indispensável, um ambiente ecologicamente equilibrado, o qual promoverá qualidade de vida para a sociedade. Neste sentido, a solidificação de um modelo de desenvolvimento sustentável, somente se fará presente quando considerar os aspectos ambientais, sociais e econômicos.

A partir do momento em que CF/88 assinala, que cabe ao Poder Público e a coletividade defender e preservar o Meio Ambiente para as presentes e futuras gerações, ela exige dos indivíduos uma participação ativa, através da cobrança de ações do Poder Público, este devendo garantir os direitos e assegurar o bem-estar da população, ou participando da gestão ambiental: seja evitando/abstendo-se de poluir ou degradar o Meio Ambiente e refreando o consumo exagerado.

Para tanto, a Educação Ambiental é de extrema importância, pois a mesma engloba aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, científicos, culturais e éticos, que quando associados, promovem uma maior participação política do indivíduo, nas questões relacionadas para com a proteção do Meio Ambiente.

A responsabilização dos infratores das leis que protegem o Meio Ambiente, realizada pelo Poder Judiciário, é de extrema relevância educativa, pois ao saber da existência de uma efetiva punição, o infrator ou o possível novo infrator, ficando esses inibidos para a prática dos crimes, havendo assim uma diminuição quantitativa dos crimes. Para tanto, se faz necessário que a sentença judicial, proferida pelo juiz, ocorra de modo célere, impossibilitando que a prescrição do crime aconteça e que os benefícios educativos não se consolidem.

O complexo paradigma do Município de Florianópolis, possibilitou a ocorrência do caso da Moeda Verde. Deste modo, o completo entendimento do mesmo, bem como de sua importância para com a população local, só se faz possível através de uma abordagem holístico-sistêmica em todos os momentos de sua análise, contemplando temas que vão desde a questão do Meio Ambiente, Educação, Urbanismo, passando pela Política, Polícia, Mídia e Justiça.

Os resultados obtidos através questionários, permitiram fomentar e realizar reflexões sobre a importância do caso na população local.

A existência de uma repercussão mais significativa nos alunos que moravam na Grande Florianópolis, na época da deflagração da operação, pode ter ocorrido em virtude de uma possível diferença quantitativa e qualitativa em relação as notícias envolvendo o caso, expostas nos veículos midiáticos, havendo uma maior e melhor cobertura nessa região. Como mais da metade dos alunos entrevistados eram provenientes de fora dessa região, fez com que, aproximadamente, 45% da população total desconhecesse a existência do caso.

A correta percepção do caso, dos empreendimentos e/ou pessoas envolvidas, foi atestada. Porém, verificou-se, a partir do baixo número médio de citações/por entrevistado, que

essa foi limitada. A diminuição da cobertura midiática do caso ao passar dos anos pós-operação, poderia explicar os resultados.

O fato do Shopping Iguatemi ter sido o nome mais lembrado, imagina-se que ocorreu devido a proximidade deste empreendimento para com o *Campus* da UFSC, sendo um lugar frequentemente visto ou utilizado pelo estudantes. Outro nome que se destacou foi o nome do Prefeito Dário Berger, aparecendo como o segundo nome mais citado e do empresário Fernando Marcondes de Mattos em terceiro. Um ponto importante se dá em relação à uma única citação do empreendimento Il Campanário, que foi o empreendimento ponto de partida das investigações da Moeda Verde, e às duas citações do Vereador Juarez Silveira, suposto coordenador do esquema investigado na operação.

A cobertura do caso pela Mídia, foi classificada como Parcial e Sensacionalista. Isto poderia ser explicado pelo caráter denunciativo das notícias, seja dos empreendimentos e/ou pessoas envolvidas, havendo uma carência de abordagem reflexiva sobre a problemática em questão. A posterior diminuição no número de notícias vinculadas ao caso, explicaria também os resultados.

Embora nenhum entrevistado tenha conhecimento sobre a atual situação do processo judicial, duas pessoas afirmaram com convicção que ninguém havia sido condenado. Isto ocorreu porque ambas as pessoas, estavam de alguma forma ligadas ao caso. Em uma das situações, o(a) entrevistado(a) era ex-namorado(a) do(a) filho(a) de um dos indiciados, enquanto que na outra situação a pessoa tinha um familiar envolvido no caso. Quando questionados sobre a possível condenação de que algum dos indiciados, 87% dos entrevistados, que conheciam a Moeda Verde, avaliaram que ninguém havia sido. Isto refletiria uma possível falta de confiança no Poder Judiciário.

A Polícia Federal e o Ministério Público Federal tiveram uma avaliação positiva de sua atuação; já a Justiça Federal foi avaliada negativamente. Cabe lembrar, que a avaliação foi feita em relação ao trabalho dessas instituições como um todo, não se restringindo a algum funcionário em específico.

Mesmo tendo sido considerado de suma importância para a implementação do Direito Ambiental, a existência do caso não promoveu um aumento significativo do nível de consciência ambiental na população estudada, pois somente 22% afirmaram tal benefício. Esse resultado poderia ser explicado por diferentes motivos:

- a) O tipo de cobertura feito pela Mídia em relação ao caso;
- b) A indefinição e morosidade do Poder Judiciário para a divulgação de uma sentença judicial;
- c) Fraca atuação dos professores, seja em âmbito escolar ou universitário, na discussão do caso;

A partir disso, verifica-se a necessidade da criação e implementação de novas ações educativas que objetivem, primeiramente, que o maior número de pessoas tenha conhecimento

sobre o que foi o caso da Moeda Verde e seus desdobramentos, e que, também, alerte da importância da participação ativa da sociedade, na proteção preventiva do Meio Ambiente.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO JR., H. **Direito Fundamental ao Meio Ambiente e Ações Coletivas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

ANTUNES, P. B. **Dano ambiental: a manifestação da vontade de repará-lo como causa da suspensão de aplicação de penalidades administrativas**. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, v. 2, n. 7, jul./set. 1997.

ANTUNES, P. B. **Direito Ambiental**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U; GIDDENS, A. e L, S. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BRUM, E; FARIAS, R. **A mídia do Pantanal**. Campo Grande: UNIDERP, 2001.

CANOTILHO, J. J. G. Direito Constitucional Ambiental Português: tentativa de compreensão de 30 anos de gerações ambientais no direito constitucional português. In: CANOTILHO, J. J. G; LEITE, J. R. M (orgs.). **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CANOTILHO, J. J. G, **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7ª ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CASTRO, M. L e GEISER, S. S. A. Educação ambiental: um caminho para a construção da participação nos conselhos de meio ambiente. In: PHILIPPI JR, A; PELICIONI, M. C. F, editores. **Educação ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos**. São Paulo: Signus, 2000.

DERANI, C. **Direito Ambiental Econômico**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

DUARTE, M. C. S. **Meio Ambiente Sadio: direito fundamental em crise**. Curitiba: Juruá, 2003.

ESPÍNDOLA, R. S. **Conceito de Princípios Constitucionais**. 2ª ed. São Paulo: Revista dos

Tribunais, 2002.

FARIAS, T. **Licenciamento ambiental: aspectos teóricos e práticos**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010.

FERREIRA, H. S. **A biossegurança dos organismos transgênicos no Direito Ambiental brasileiro: uma análise fundamentada na teoria da sociedade de risco**. Florianópolis: UFSC: 2008. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

FIGUEIREDO, R. S. A interface com a Educação Ambiental. In: BRUM, E; FARIAS, R (Org.). **A mídia do Pantanal**. Campo Grande: UNIDERP, 2001.

FIORILLO, C. A. P. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FLORIANOPOLIS, P. M. **Elaboração do plano municipal integrado de saneamento básico do município de Florianópolis**. Anexo I Concorrência N.º 666/SADM/DLCC/2008. 2008.

FREITAS, G. P. **Ilícito penal ambiental e reparação do dano**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

FREITAS, V. P. **A polícia na proteção ao meio ambiente**. Revista de Direito Ambiental, São Paulo: RT, nº 28, 2001.

GOMES, L. R. **Princípios constitucionais de proteção ao meio ambiente**, Revista de Direito Ambiental, v. 16.

HANS, Welzel. **Derecho penal alemán**, Santiago de Chile, Ed. Juridica de Chile, 1993.

LAYRARGUES, P. P. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema-gerador ou a atividade fim da educação ambiental. In: Reigota, M. organizador. **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DPEA, 1999.

LAZZARINI, A. **Aspectos administrativos do direito ambiental**. Revista Justitia, São Paulo: Ministério Público de São Paulo, nº169.

LEITE, J. R. M. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2002.

LEITE, J. R. M. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**. 2ª ed. São

Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

MEDEIROS, F. L. F. **Meio Ambiente: direito e dever fundamental**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

MILARÉ, E. **Ação Civil Pública: Lei 7.347/85 – Reminiscências e Reflexões após dez anos de aplicação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

MILARÉ, E. **Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MOTA, M. Princípio da precaução: uma construção a partir da razoabilidade e da proporcionalidade. In: MOTA, M (coord.) **Fundamentos Teóricos do Direito Ambiental**. São Paulo: Elsevier, 2008.

MUKAI, T. **Direito Ambiental Sistematizado**. 4a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

NALINI, J. R. Magistratura e Meio Ambiente. In: **LEX – Jurisprudência 83, STJ e TRFs, ano 8**. São Paulo: 1996.

NASCIMENTO, R. S. **ATLAS AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS-SC**. 2002.

NETO, C. B. e JR, C. L. **Zoneamento geoambiental para fundamentar o plano diretor participativo de Florianópolis**. 2008

PELICIONI, M. C. F; PHILIPPI JR, A. Meio ambiente, direito e cidadania: uma interação necessária. In: PHILIPPI JR, A; ALVES, A. C; ROMERO, M. A. e BRUNA, G. C, editores. **Meio ambiente, direito e cidadania**. 2ª ed. São Paulo: Signus, 2002.

PINZETTA, O. **Manual Básico do Promotor de Justiça do Meio Ambiente: atividade extrajudicial**. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, 2003.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representações sociais**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

[UNESCO] Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. Educação

para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. In: **Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Sociedades Sustentáveis**. Brasília (DF): IBAMA, 1999.

VIERHAUS, P. H. **Recensão, Democracia e Ambiente: Em torno de formação da consciência ambiental**. Revista do Centro de Direito do Ordenamento do Urbanismo e do Ambiente, Coimbra, - CEDOUA - Vol.1, 1998.

Referências da Internet

ALCEU, P. **Coluna**. Ndonline, 16/12/2011. Disponível em: <<http://www.ndonline.com.br/florianopolis/colunas/paulo-alceu/21941-celesc-da-a-volta-por-cima.html>>. Acesso em: 26 de Fevereiro de 2012.

Atribuições do Ministério Público. Portal do Ministério Público de SP. Disponível em: <http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/atribuicoes/o_que_e_o_MP>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2012.

Câmara de Florianópolis aprova relatório final da CPI da Moeda Verde sem responsabilizar ninguém. Jornal Diário Catarinense, 01/07/2008. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2008/07/camara-de-florianopolis-aprova-relatorio-final-da-cpi-da-moeda-verde-sem-responsabilizar-ninguem-2014197.html>>. Acesso em: 26 de Fevereiro de 2012.

CAVALLAZZI, J. **Força-tarefa que acompanha Moeda Verde sofre novo revés**. Diário Catarinense, 20/10/2007. Disponível em: <http://www.ambienteja.info/ver_cliente.asp?id=108190>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2012.

CAVALLAZZI, J. **Justiça decide sobre Operação Moeda Verde**. Diário Catarinense, 18/12/2008. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2008/12/justica-decide-sobre-operacao-moeda-verde-2338145.html>>. Acesso em: 27 de Fevereiro de 2012

CAVALLAZZI, J. **Moeda Verde: PF indiciou prefeito e secretários da Capital**. Jornal Diário Catarinense, 23/10/2007. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=PF%20come%C3%A7a%20a%20disponibilizar%20o%20relat%C3%B3rio%20da%20Moeda%20Verde%20para%20os%20advogados%20dos%20indiciados%20C%20para%20os%20vereadores%20da%20CPI%20e%20para%20o%20MPF.&source=web&cd=2&ved=0CC4QFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.ecoeacao.com.br%2Findex2.php>>

%3Foption%3Dcom_content%26do_pdf%3D1%26id%3D4742&ei=BMRKT_2IGpC5twfR7o39Cg&usg=AFQjCNH9kiZpdOupr0LgMbQhZ6JdWx83mg&sig2=jgugS0TH3zaBKqQrYjFWpg>.

Acesso em: 26 de Fevereiro de 2012.

CAVALLAZZI, J. **Moeda Verde: Vereadores são ameaçados pelo telefone**. Jornal Diário Catarinense, 19/06/2007. Disponível em:

<http://www.acaprena.org.br/hp/index.asp?p_codmnu=3&p_codnot=2687>. Acesso em: 23 de Maio de 2012.

CAVALLAZZI, J; PEREIRA, F e VARGAS, D. **O relatório final da Operação Moeda Verde**. Jornal Diário Catarinense, 29/10/2007. Disponível em:

<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=indiciados+moeda+verde&source=web&cd=8&ved=0CFkQFjAH&url=http%3A%2F%2Fwww.ecoeacao.com.br%2Findex2.php%3Foption%3Dcom_content%26do_pdf%3D1%26id%3D4948&ei=qMdKT4nTC8qJtweYnqDvAg&usg=AFQjCNEi6clbLlaKTgs2sK0RTxYMOiQ0Pg&sig2=AXP7RuTHBldOTOo8cmx4Cg&cad=rja>. Acesso em: 26 de Fevereiro de 2012.

CAVALLAZZI, J. E PEREIRA, F. **Polícia revela como investigou suspeitos no caso Moeda Verde**. Jornal Diário Catarinense, 31/05/2007. Disponível em: <http://www.acaprena.org.br/hp/index.asp?p_codmnu=3&p_codnot=2619>. Acesso em: 24 de Fevereiro de 2012.

Competências da Justiça Federal. Portal da Justiça Federal. Disponível em: <<http://www.jf.jus.br/cjf>>. Acesso em: 30 de Janeiro de 2012.

Defesa do meio ambiente. SECOM/MPF. Disponível em: <<http://www.prrr.mpf.gov.br/areas-de-atuacao/direito-ambiental>>. Acesso em: 28 de Fevereiro de 2012.

DJGAJETA. **Moeda Verde - Catarinenses apoiando a Policia Federal**. Vídeo postado no site Youtube, 09/05/2007. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=J2fRdUSkgV0>. Acesso em 25 de Fevereiro de 2012.

Florianópolis é a capital com pior mobilidade de trânsito do Brasil. Rede Globo, 27/04/2011. Disponível em <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2011/04/florianopolis-e-capital-com-pior-mobilidade-de-transito-do-brasil.html>>. Acesso em: 11 de Fevereiro de 2012.

FREITAS, J.C. **Debate sobre a realidade Urbana e Territorial do Distrito Federal - Plano Diretor como instrumento da política urbana**. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 21/05/2008. Disponível em:

<http://www.mpdft.gov.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=375&Itemid=104>. Acesso em: 28 de Fevereiro de 2012.

Instalada CPI na Câmara da Capital. Jornal Diário Catarinense. 22/05/2007. Disponível em: <<http://floripamanha.org/2007/05/instalada-cpi-na-camara-da-capital/>>. Acesso em: 05 de Março de 2012.

JUNIOR, C. A. S. L. **Vara Ambiental e sua competência**, 2005. Disponível em: <http://www.jornaldaordem.com.br/noticia_ler.php?id=7945>. Acesso em: 26 de Fevereiro de 2012.

Lei polêmica está em vigor. Jornal A Notícia, 17/07/2011. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default2.jsp?uf=2&local=18&source=a3394611.xml&template=4187.dwt&edition=17547§ion=2000>>. Acesso em: 26 de Fevereiro de 2012.

LOURENÇO, J. A. **Florianópolis tem crescimento populacional acima da média, aponta Censo.** Jornal Diário Catarinense, 09/11/2010. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2010/11/florianopolis-tem-crescimento-populacional-acima-da-media-aponta-censo-3102995.html>>. Acesso em: 01 de Março de 2012.

MENDES, S. **Atribuição, legitimação e representação do ministério público nas questões de natureza ambiental.** Disponível em: <<http://meioambiente.sites.uol.com.br/page11.html>>. Acesso em: 25 de Janeiro de 2012.

Moeda Verde: Entrevista com Dário Berger. Jornal Diário Catarinense, 13/07/2007. Disponível em: <http://www.acaprena.org.br/hp/index.asp?p_codmnu=3&p_codnot=2788>. Acesso em 27 de Fevereiro de 2012.

O que dizem os relatórios da PF. Jornal A Notícia, 31/05/2007 Disponível em <<http://www.an.com.br/2007/mai/31/0des.jsp>>. Acesso em: 01 de Fevereiro de 2012.

PEREIRA, M. **Inquérito Moeda Verde vai para Brasília.** Jornal Diário Catarinense, 15/12/2011. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/moacirpereira/2011/12/15/inquerito-moeda-verde-vai-para-brasil>>. Acesso em 26 de Fevereiro de 2012.

PEREIRA, F. e ORTIGA, M. **Moeda Verde: Presidente da Santur depõe e é liberado.** Jornal Diário Catarinense, 09/05/2007. Disponível em: <http://www.acaprena.org.br/hp/index.asp?p_codmnu=3&p_codnot=2517>. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2012.

Polícia apura fraude ambiental. Jornal A Notícia, 04/05/2007. Disponível em: <<http://floripamanha.org/2007/05/policia-apura-fraude-ambiental/>>. Acesso em: 08 de Fevereiro de 2012.

Princípios da Justiça Ambiental. Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Disponível em: <http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=229>. Acesso em: 28 de Fevereiro de 2012.

Questões da Operação Moeda Verde serão julgadas em junho. Jornal Diário Catarinense, 21/05/2009. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2009/05/questoes-da-operacao-moeda-verde-serao-julgadas-em-junho-2517941.html>>. Acesso em: 26 de Fevereiro de 2012.

Servidores devem ficar no cargo, Jornal A Notícia, 25/10/2007. Disponível em: <<http://www.an.com.br/2007/out/25/0ger.jsp>>. Acesso em: 26 de Fevereiro de 2012.

SHERWOOD, S. **The Place to Be: Florianópolis, Brazil.** New York Times, 11/01/2009.

Disponível em:

<<http://travel.nytimes.com/2009/01/11/travel/11party.html?scp=1&sq=Florian%F3polis&st=nyT>>.

Acesso em: 17 de Janeiro de 2012.

TJ anula processo que reconduziu Marcílio Ávila à Câmara de Vereadores. Poder Judiciário de Santa Catarina, 29/03/2010. Disponível em: <<http://tj-sc.jusbrasil.com.br/noticias/2135889/tj-anula-processo-que-reconduziu-marcilio-avila-a-camara-de-vereadores>>. Acesso em: 27 de Fevereiro de 2012.

Tortato, M. **Câmara de Florianópolis cassa vereadores investigados por Moeda Verde.** Agência Folha, 04/07/2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u309277.shtml>>. Acesso em 25 de Fevereiro de 2012.

Tortato, M. **Setor hoteleiro aceita revogar lei suspeita do prefeito de Florianópolis.** Agência Folha, 11/07/2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u310902.shtml>>. Acesso em: 27 de Fevereiro de 2007.

VARGAS, D. **Justiça diz que procurador está impedido de atuar na operação; MPF contesta decisão.** Jornal A Notícia, 13.06.07. Disponível em: <http://www.ambienteja.info/ver_cliente.asp?id=97545>. Acesso em: 25 de Janeiro de 2012.

VARGAS, D. **Muito barulho por (quase) nada.** Jornal A Notícia, 04/05/2008. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a1849807.xml&template=4187.dwt&edition=9797§ion=885>>. Acesso em: 26 de Fevereiro de 2012.

VARGAS, D. **Quatro anos depois do escândalo, inquérito da Moeda Verde está parado na Justiça.** Jornal Diário Catarinense, 17/07/2011. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2011/07/quatro-anos-depois-do-escandalo-inquerito-da-moeda-verde-esta-parado-na-justica-3395849.html>>. Acesso em: 26 de Fevereiro de 2012.

9. ANEXOS

ANEXO 1. Questionário integrante do TCC - O caso da Operação Moeda Verde e seus desdobramentos na percepção da população estudantil da UFSC

Data:

Número do Questionário:

Local da Entrevista:

1- Nome:

2- Data de Nascimento:

3- Sexo:

4- Telefone:

5 - Email:

6- Curso na UFSC:

7- Centro do Curso:

8- Matrícula na UFSC:

9- Naturalidade:

10- Há quanto tempo você mora em Florianópolis?

11- Você estava morando em Florianópolis no dia 03 Maio de 2007? Se não, morava em SC ou fora de SC?

Não: Sim:

12- Você já ouviu falar sobre a Operação Moeda Verde da Polícia Federal, que ocorreu em 2007, em Florianópolis? Se não, ir para pergunta 22.

Não: Sim:

13- Você lembra o que foi a Operação Moeda Verde? Se lembrar somente do nome, ir para pergunta 22.

Lembro: Só lembro do nome:

14- Que nomes você lembra relacionados à Operação Moeda Verde? Cite-os.

15- Você considera que a situação da Moeda Verde ajuda na implementação do direito ambiental?

Não, porque?: Sim, por que?:

16- Você considera que após a Operação Moeda Verde houve alguma mudança no que se refere a proteção do meio ambiente? Por que?

Não: Sim:

17- Você considera que a Operação Moeda Verde modificou a maneira que você olha o meio ambiente? Por que?

Não: Sim:

18- Como você julga a participação da Polícia Federal no caso da Moeda Verde? Por que? Adequada: Inadequada:

19- Como você julga a participação do Ministério Público Federal no caso da Moeda Verde? Por que? Adequada: Inadequada:

20- Como você julga, em geral, a participação da Justiça federal no caso da Moeda Verde? Por que? Adequada: Inadequada:

21- Como você julga, em geral, a atuação da mídia no caso da Operação Moeda Verde?

Imparcial (Isenta): Parcial:
Sensacionalista: Parcial e Sensacionalista:

22- Como você julga, em geral, a atuação da mídia, na divulgação dos Crimes Ambientais?

Imparcial (Isenta):
Sensacionalista:

Parcial:
Parcial e Sensacionalista:

23- Você sabe como anda o procedimento judicial da Operação Moeda Verde?

Não sabe:

Sabe:

24- Você sabe se algum dos envolvidos foi criminalizado? Você acha que sim ou que não, por que?

Não sabe:

Sabe:

ANEXO 2. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Para os estudantes de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina – Centro de Ciências Biológicas – Curso de Graduação em Ciências Biológicas

Título do Projeto: O caso da operação Moeda Verde e seus desdobramentos na percepção da população estudantil da UFSC

Pesquisador Responsável (orientador): Prof. Dr. José Rubens Morato Leite

Pesquisador Graduando: Fidel Gulart de Queiroz

Endereço: Rua João Pio Duarte Silva, 404/302 Bloco Tangará – Córrego Grande - Florianópolis

Telefone: (48) 3364-7139; (48) 8806-7172

Email: fideljudo@gmail.com

→ Esta pesquisa tem como objetivo avaliar, por meio de questionário, como o caso da Moeda Verde é lembrado, atualmente, na população universitária da UFSC, e sua importância nesse grupo.

→ Para isso, estou participando de *entrevista, na condição de aluno(a) da UFSC*, a qual *será gravada* mediante a minha permissão.

→ O que eu falar será digitado (transcrito) e as gravações serão guardadas por 5 anos, por determinação das normas de pesquisa. Somente o pesquisador graduando e o pesquisador orientador terão acesso aos dados da pesquisa.

→ Compreendo que não existe nenhum risco pessoal ou desconforto a mim, ou a minha comunidade, que possa ser associado com a participação nessa pesquisa.

→ Concordo que os resultados dessa pesquisa sejam publicados, havendo benefícios para a sociedade acadêmica e sociedade civil no sentido de conhecerem a experiência compartilhada na atividade realizada.

Este termo em duas vias é para certificar que eu, _____, concordo em participar voluntariamente da presente pesquisa, tendo conhecimento do meu direito de desistência em participar (para isso, utilizando telefone e email acima descrito, podendo ligar a cobrar), de preservação da minha privacidade, de sigilo sobre minha identidade, de inexistência de riscos para mim ou para minha comunidade e de esclarecer todas as minhas dúvidas antes e durante a pesquisa.

Nome: _____

Assinatura: _____

Acadêmico: _____

Testemunha: _____

Local: _____

Data: ____/____/____